

**Ata da sessão ordinária realizada
dia 29 de abril de 2019**

Aos **vinte e nove dias do mês de abril**, do ano dois mil e dezanove, pelas **21 horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em sessão **ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, como 1.º secretário e **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 2.ª secretária, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: Luís Carlos Piedade Martins, Alexandre Guerreiro Figueiredo, Cláudio José Balbina Viseu, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão, Maria Cristina Martins Brás Germano, António Manuel Horta Fontinha, Marília da Conceição Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, a secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Secretário da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro. -----

Eleitos pelo PSD: José Romba Guerreiro, Andreia Calvário Graça Guerreiro, Ana Isabel Teixeira Guerreiro e Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco -----

Faltaram à sessão os seguintes deputados: o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz, Jorge Francisco Marques (PSD) e Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, pela Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro, pelo Secretário da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira e pelos deputados suplentes Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD), Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco (PSD), respetivamente. -----

A Mesa justificou a respetiva falta. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a Senhora Vice-Presidente, Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e os Senhores Vereadores, João de Deus Lopes Pereira (PS), Ana Manuela Jesus Guerreiro Carmo (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD). -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

A.1.- Intervenção dos Múncipes -----

A.2.- Esclarecimentos -----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

B.1 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

B.2 - Votação da ata n.º 09, de 21 de fevereiro de 2019 (quadriênio 2017/2021); -----

B.3 - Leitura de expediente; -----

B.4 - Intervenções. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1 - Apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas de 2018, Relatório de Gestão e demais documentos financeiros que a integram, bem como Propostas de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município; -----

C.2 - Apreciação e deliberação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico de 2019; -----

C.3 - Apreciação e deliberação sobre a tomada de decisão relativa à descentralização de competências para as Autarquias Locais; -----

C.4 - Apreciação e deliberação sobre a afetação de uma área com 9,50m², sita no Rosário, do Domínio Privado Municipal para o Domínio Público Municipal; -----

C.5 - Conhecimento do Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição; -----

C.6 - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

C.7 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento; -----

C.8 - Aprovação da ata em minuta. -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, que foi utilizado. -----

O **Presidente da Assembleia** adiantou que embora nenhum munícipe se tenha inscrito nos termos regimentais, a mesa entende ter o dever de perguntar se, entre o público

presente, há alguém que pretenda utilizar o período regimental de meia hora, a fim de colocar alguma questão. -----

Pediu a palavra, o munícipe **José Eduardo Pereira Brites**. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor José Eduardo Brites** que proferiu o seguinte: -----

“1 - Assunto: Caminho Municipal ao lado da Ribeira de Cobres entre a passagem submersível que sai do Beco da Maljulgada até à ponte romana em Almodôvar. -----

Dado ter sido exposta a situação deste caminho sobre as covas que ali existem, na sessão ordinária de 30 de Novembro de 2018, onde foi dado conhecimento da existência de buracos, tendo sido respondido na altura que os mesmos seriam tapados logo que possível. -----

Dado terem passado já cerca de cinco meses e os mesmos continuam iguais ou ainda piores, pergunta agora o munícipe se está para breve a sua tapagem. -----

2- Assunto: Cartão Almodôvar Solidário -----

Também para conhecimento na mesma sessão foi apresentada a questão do não pagamento das faturas emitidas pelas farmácias e entregues na Câmara Municipal em Novembro de 2018 para posterior pagamento, tomando conhecimento que de facto as mesmas só foram pagas em 2019. -----

3 - Assunto: Caminho de Acesso a várias propriedades e Poço Chafariz em Almodôvar -----

Dado o mau estado em que se encontra este caminho desde a Rua Estrada de São Barnabé até à passagem submersível existente na Ribeira de Cobres numa distância de cerca de 50 metros é um buraco pegado em que qualquer condutor não sabe já por onde passar com a carrinha ou seja quando choveu a água no caminho fez nele uma valeta. -----

Pergunta agora o munícipe se do facto tem conhecimento, caso negativo se há possibilidade se digne ordenar a sua verificação, para posteriormente o mesmo poder ser reparado. -----

4 - Assunto: Edital 10/2019 sobre procedimento a adotar em caso de queimada e queima de sobrantes de exploração -----

Para conhecimento como munícipe e dado já ter sido apresentado por um deputado nessa Assembleia no mandato anterior que no caso a queima de sobrantes de exploração não fosse necessário o pagamento de licença, o que não chegou a ser aprovado, vejo e leio no presente edital com satisfação já não ser preciso agora pagar licença para os queimar. -----

Por último solicito que esta intervenção seja transcrita em ata e a resposta dada me seja enviada por escrito.” -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu ao Senhor José Brites pela sua intervenção e passou de imediato a palavra ao **Presidente da Câmara**, que começou por dizer que desconhecia que a estrada não tinha sido ainda reparada e que irá tomar essas diligências. -----

Sobre a questão do pagamento das farmácias, na altura quando o senhor munícipe se referiu ao assunto verificou que havia algumas faturas em dívida no mês de dezembro, algumas delas não puderam ser pagas por razões diversas contabilísticas, não eram valores significativos e pensa que foram todas pagas até ao dia 6 de janeiro, segundo informação que lhe deram na altura que era o acerto de contas do fecho do ano. -----

Frisou que na altura disse ao senhor munícipe que se calhar havia aí uma pequena confusão e pensa que continua a haver em relação a algumas faturas que as pessoas reclamam que não recebem porque não são comparticipadas, ou seja, a Câmara só comparticipa as faturas com o receituário médico, aquilo que é de facto receitado pelo médico. Aqueles medicamentos que às vezes aparecem em faturas e que têm IVA a 23% não fazem parte do receituário, a Câmara não paga e às vezes há pessoas que têm, eventualmente, alguma dificuldade em perceber isso e continuam a dizer que não pagamos as faturas, que ainda está cá dinheiro para receber porque trazem uma fatura de 50 euros, por exemplo, e nós só pagamos 20 ou 30 euros. Não é que não venhamos a pagar o valor todo da receita, mas há partes que como não são receitadas pelo médico não se paga. Espera que não seja alguma fatura que por esquecimento ficou para trás, a Câmara tem por regra, como todos sabem, liquidar as faturas o quanto antes e só não se paga no próprio dia porque às vezes não é possível pois requerem assinaturas e autorizações de pagamento, mas pagam sempre o mais rápido possível. -----

No mês de Dezembro, como é normal em qualquer entidade governamental, há sempre mais dificuldade de ajustar os orçamentos. Mas geralmente até ao dia 6 de janeiro conseguimos sempre acertar as contas e quando se traz os documentos à reunião de Câmara de janeiro, geralmente já vem as contas fechadas, não querendo dizer com isto que não tenha existido alguma situação e, se existiu, espera que já esteja repostas porque se não estiver é um bocado vergonhoso para a Câmara, passados 5 meses não tenha sido resolvida, penso que não é esse o caso. -----

Sobre a outra estrada, já amanhã passará a informação ao encarregado para ver de facto quando é que pode ser reparada, choveu há pouco tempo, é normal que tenha ficado ainda pior. Mas se desde novembro nunca foi reparada é algo que desconhecia, penso que eventualmente foi alguma falha nossa na comunicação. -----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS; -----

AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA: -----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram quatro pedidos de ausência para esta sessão. -----

Prossequindo informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro e o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel

Gonçalves da Luz e pelos deputados Jorge Francisco Marques (PSD) e Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), quem os aceitou substituir, durante esta sessão, foram a Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro, o Secretário da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira e deputados suplentes posicionados nas listas do Partido Social Democrata, Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD) e Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco (PSD), respetivamente. -----

Mais informou que a substituição do deputado Jorge Francisco Marques se fez ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento e a substituição do deputado Amândio José Rodrigues Pereira se fez ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento. ---

A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou. -----

B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 09, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (QUADRIÉNIO 2017/2021): -----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 09 da sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2019 (quadriénio de 2017-2021). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas em anexo à ordem do dia fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi, previamente, lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Ata n.º 09 da sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2019 (2017/2021)**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por **unanimidade dos presentes**, com **19 votos a favor** (PS/PSD), **aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro, o Secretário da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira, não participaram na aprovação da ata. -----

B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE; -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

B.4 - INTERVENÇÕES. -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** referiu que antes de mais queria fazer umas notas de relevo relativas com o desporto. Tivemos há bem pouco tempo um campeão nacional de Karaté, o nosso querido aluno António

Mendinhos, tivemos também mais alguns títulos no desporto a nível regional. Aproveitando o balanço que o António Mendinhos nos deu para falar nesta situação, informa que tivemos também um campeão nacional de pista, Tiago Costa da secção de ciclismo do SCAV, tivemos diversos títulos regionais de Karaté, o Clube Desportivo de Almodôvar venceu a Taça de Honra da Primeira Divisão Distrital, a Sociedade Artística Almodovarense foi à final do Torneio de Participação da Inatel e o Núcleo do Sporting de Almodôvar foi há final da taça de Futsal Feminino da Associação de Futebol de Beja. São meritórios estes títulos que se conseguiram alcançar e para os respetivos atletas, especialmente, e para os dirigentes aqui fica a nossa nota de relevo para o que eles conseguiram alcançar.-----

Prosseguindo, disse que antes de pedir as intervenções dos senhores deputados irá prestar informação sobre o pedido de esclarecimento solicitado na última sessão da assembleia.-----

*“Minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais ... -----
Há um velho ditado popular que diz: “QUEM FAZ AS PERGUNTAS, ARRISCA-SE A OUVIR AS RESPOSTAS.” -----*

Recordo que na última sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 21 de fevereiro de 2019, a propósito do assunto abordado no Ponto C.11 da Ordem do Dia sobre a Situação Financeira da Autarquia, a Sr.ª deputada Andreia Guerreiro disparou perguntas em todas as direções, nomeadamente ao Sr.º Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, aos seus colegas da Assembleia e à Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, que é quem redige e elabora os documentos em apreço, onde constam os números que tanta indignação e perplexidade causaram à Sr.ª deputada. Paralelamente, a Sr.ª deputada Andreia Guerreiro teceu também aqui algumas considerações indiciadoras de factos que ela própria considerou como “muito graves” e que, apesar da distância temporal, não podem ficar sem a resposta adequada por parte dos visados. Com as respostas que cada um tem para lhe oferecer, esperamos que fique bem esclarecida, assim como todos os membros da Assembleia, o público presente e quem nos acompanha através da leitura das atas. -----

Começo por ler o documento que me foi entregue pela Sr.ª Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, a quem solicitei, em primeira instância, um esclarecimento sobre os factos apresentados pela Sr.ª deputada Andreia Guerreiro.-----

“Informação n.º 27/DAF/2019-----

*Assunto: Pedido de esclarecimento requerido pela Assembleia Municipal -----
Na sessão da Assembleia Municipal do pretérito dia 21 de fevereiro de 2019, foi esta Câmara Municipal confrontada com uma exposição veiculada pela Senhora Deputada da Assembleia Municipal, Andreia Calvário Graça Guerreiro, no que concerne à situação económica e financeira do Município reportada ao período de janeiro a dezembro de 2018. -----*

Nessa mesma exposição e uma vez confrontados e comparados estes elementos financeiros com o mapa análogo respeitante ao período de janeiro a dezembro de

2017, que à data, havia sido submetido para conhecimento desse Órgão, sem que tenha sido levantada qualquer questão pela Senhora Deputada, afirmou a mesma agora que “algo de muito grave” se estaria a passar na Câmara Municipal de Almodôvar, atendendo aos números envolvidos naquela comparação. -----

Posto isto e para esclarecer cabalmente a dúvida levantada, no âmbito das competências que me foram delegadas por despacho de 26 de outubro de 2017, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar, cumpre-nos clarificar o seguinte: -----

1.º - Os dados reportados no Quadro VI – Mapa Demonstrativo do Grau de Execução da Despesa à data de 31 de dezembro de 2018, encontram-se corretamente inseridos, confirmados e alinhados com os dados constantes no Mapa de Controlo Orçamental – Despesa, retirado do programa informático em uso neste Município, cujo documento se remete em anexo para vossa inteira apreciação; -----

2.º - Relativamente ao Quadro VI – Mapa Demonstrativo do Grau de Execução da Despesa à data de 31 de dezembro de 2017, muito embora o respetivo título se encontre devidamente identificado, os dados que constam do respetivo mapa reportam-se, por lapso, ao 3.º trimestre de 2017 (setembro) e não ao 4.º e último trimestre do referido ano económico (dezembro), com exceção dos dados referentes à despesa paga e respetivo grau de execução que foram devidamente atualizados a dezembro. Digamos que o mapa utilizado não foi alterado na íntegra com os dados de dezembro, no entanto, muito embora este mapa não estivesse corretamente preenchido, na mesma informação, reportada ao mesmo período, e na qual se integrava, designadamente, o mapa ali analisado pela Senhora Deputada, na sua página 12 e Quadro IV – Mapa demonstrativo da Despesa Total Paga, poder-se-ia verificar que os valores da despesa total paga eram manifestamente divergentes do mapa que serviu de referência à análise da Senhora Deputada e, por sua vez, coincidentes com os dados reportados no mapa de 2018. Digamos que a Senhora Deputada fez uma interpretação bastante restritiva da informação que lhe foi facultada, pois apenas se baseou num único mapa cujos valores, como já referido, se reportavam, erradamente, a setembro de 2017 e descurou os restantes dados constantes da análise financeira reportados por esta Unidade Orgânica. Sublinhámos, a sua análise recaiu apenas num único mapa, no entanto, se tivesse feito uma análise global de todos os elementos que lhe foram efetivamente disponibilizados e constantes das informações financeiras remetidas, facilmente teria chegado à conclusão que se tratava de um mero erro de preenchimento, apenas naquele mapa. -----

Desconhecemos que alguma vez tenha sido reportada aos Órgãos informação desatualizada, insuficiente ou irrelevante que tenha, eventualmente, levado a uma má tomada de decisão ou que possa ter levado a consequências indesejadas. A informação que remetemos dos serviços financeiros consiste numa informação oficial, que é retirada diretamente da aplicação informática em uso neste Município e, se porventura, a mesma for considerada não suficiente, tem existido sempre a preocupação dos serviços em trabalhá-la e criar novos mapas, manualmente, como se afigura ser o caso, para melhor identificar as necessidades existentes e para

poder fazer comparações, assim como cruzamento de dados. A elaboração e consequente reporte deste tipo de mapas auxiliares e aqui objeto de discussão, que entendemos como complementares àqueles que são de reporte obrigatório, não constituem uma obrigação, até porque integram os respetivos anexos, apenas temos vindo a alterar e melhorar metodologias de trabalho que permitam uma análise mais abrangente e transparente das matérias financeiras e maior acesso a este tipo de informação por parte de todos os intervenientes, pois não nos parece correto simplesmente levar ao conhecimento dos Senhores Deputados um simples mapa retirado do programa informático sem que a informação seja previamente trabalhada e acompanhada dos devidos esclarecimentos. -----

Concluímos assim que a Senhora Deputada, precipitadamente, levantou interrogações infundadas, pois efetivamente estamos perante um lapso no preenchimento de um mapa e não perante uma “situação grave” que justifique uma intervenção desta natureza e que ponha em causa a própria gestão municipal e consequente seriedade e atuação desta Divisão Municipal, pois entendemos que este tipo de incongruência em mapas demonstrativos e de carácter facultativo, não definem ou norteiam aquilo que é o desempenho desta Divisão Municipal. -----

Fica aqui manifestado o registo público desta situação, assim como também fica o facto de a Senhora Deputada e na qualidade de “COLEGA”, não ter tido a humildade de, pessoalmente, se deslocar ao Gabinete da Chefe da DAF ou ao Gabinete de Planeamento e Gestão Financeira, que por sinal se encontram ambos posicionados mesmo em frente ao seu posto de trabalho, e solicitar os esclarecimentos que entendesse por convenientes que melhor a esclarecessem sobre esta sua dúvida, como nos parece que se impunha. -----

Por último respondemos à questão colocada pela Senhora Deputada Andreia Guerreiro: -----

SIM, poderá o Órgão Deliberativo Municipal continuar a confiar no teor das matérias que lhe são submetidas para apreciação, deliberação ou conhecimento, porquanto, todas elas são objeto de legal fiscalização por parte das entidades que tutelam esta Autarquia (DGAL, Tribunal de Contas e IGF) e acompanhadas e auditadas pelos Revisores Oficiais de Contas. -----

Posto isto, a Divisão Administrativa e Financeira estará sempre disponível para prestar qualquer esclarecimento futuro e adicional que os Senhores Deputados Municipais entendam por conveniente. -----

Submete-se o assunto à consideração superior.” -----

“Julga que a explicação que nos foi fornecida pela Sr.ª Chefe de Divisão Administrativa e Financeira é suficientemente clara e, da minha parte, eu que também fui questionado e “chamado à atenção para a gravidade do assunto”, começo por referir que “em política não pode valer tudo!” -----

E não vou aqui voltar a esmiuçar a explicação para os factos, porque, em minha opinião, e da Mesa da Assembleia, a mesma está por demais clarificada com a leitura do documento anterior. -----

Mas confesso que numa primeira impressão, face ao impacto da intervenção da Sr.ª deputada, fiquei um pouco atónito face à gravidade que nos era apresentada. Só não fiquei mais preocupado porque conheço as pessoas que trabalham os números, e nas quais tenho a maior confiança, e que certamente teriam uma explicação lógica para tal. E bastava uma simples conversa, uma simples explicação entre colegas e teríamos evitado toda esta polémica, que pôs em causa a honestidade, o profissionalismo e a competência dos responsáveis por este serviço e a competência dos deputados municipais do Partido Socialista, que não teriam tido, na opinião da Sr.ª deputada Andreia Guerreiro, o devido cuidado com a análise destes documentos, sobre os quais recaía a dúvida se devíamos ou não confiar. Quando afinal tudo não passou de um simples lapso humano, com uma simples explicação, sem quaisquer repercussões para a vida da autarquia e para a imagem que os seus dirigentes e colaboradores têm procurado afincadamente cultivar. -----

Um simples lapso que descontextualizado no Relatório onde estava inserido, levou a que a intervenção da Sr.ª deputada Andreia Guerreiro “nos deixasse perplexos, para não dizer outra coisa”, usando palavras suas, com as suspeitas que a sua intervenção suscitou. E bastaria, como já referi, um simples pedido de esclarecimento aqui na Assembleia, é um direito que lhe assiste, ou diretamente às suas colegas, para o assunto ficar devidamente esclarecido, como já aqui aconteceu numa outra ocasião, sem o alarido que agora se conhece. -----

Mas o teor que a Sr.ª deputada emprestou à sua intervenção, suscitou dúvidas e suspeitas, muito graves, na sua opinião, que afinal não se verificaram. Mal de nós se assim não fosse. Apetece-me dizer, como diz o ditado, que afinal “a montanha pariu um rato”. É preciso termos cuidado com as palavras que utilizamos, com as suspeitas que levantamos, muitas vezes sem fundamento, como agora se verificou, mas que deixam no ar algum desconforto e um sentimento de injustiça para com as pessoas visadas, cuja imagem pode ficar injustamente manchada. -----

Todos queremos o melhor para Almodôvar e temos o direito e o dever de defender acerrimamente as nossas convicções, mas devemos fazê-lo de uma forma correta e não exibindo argumentos que põem em causa a honestidade e profissionalismo de outras pessoas, colegas de trabalho. -----

Quando se chama a atenção dos colegas e do Presidente da Assembleia, da forma tão veemente como a Sr.ª deputada Andreia Guerreiro o fez, para “ter em consideração a devida atenção sobre este assunto, para que se encontre uma explicação coerente para este facto, (...) que a deixou perplexa, para não dizer outra coisa”, ao ponto de ficar “sempre na dúvida se devemos ou não confiar nos documentos que nos são entregues”, palavras suas, e que, recordo, documentos que são trabalhados por colegas suas, quando se apresentam as coisas desta forma, é preciso ter algum cuidado e bom senso naquilo que dizemos, porque aquilo que dizemos pode afetar e ferir outras pessoas, que sentem na pele a injustiça de que foram alvo. E quem não sente não é filho de boa gente! E houve gente que sentiu.

Tem o direito de pedir esclarecimentos, esse é o seu dever e o seu direito enquanto deputada municipal, não tem é o direito de pôr em causa a honestidade e

o profissionalismo de quem trabalha os números que tanta perplexidade lhe causaram. Há muitas formas de colocarmos as coisas. Dependendo do tom e do teor que emprestamos às nossas intervenções. -----

Por isso, senhores deputados municipais, é preciso termos cuidado com aquilo que dizemos, porque aquilo que dizemos não são simplesmente palavras que o vento leva, são palavras que ficam registadas para memória futura e que podem pôr em causa a honestidade e o profissionalismo de outras pessoas, que são tão sérios e honestos quanto nós o somos e que vêm injustamente manchadas a sua competência e honestidade profissional. -----

Termino como comecei: em política não pode valer tudo!” -----

Continuando, diz que é preciso termos cuidado com aquilo que dizemos, uma vez que uma situação semelhante já aqui se colocou numa outra ocasião, com uma carta algo desagradável por parte de um munícipe. -----

Deve dizer que não gostaria de ter iniciado este ponto desta forma, mas em função do que aqui se passou na última sessão e porque as declarações foram um bocado pesadas, pensa que não poderiam ficar sem a devida resposta. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto específico, tendo-se inscrito os deputados Andreia Guerreiro, Luís Martins e Pedro Franco. -----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Andreia Guerreiro**, que referiu que em primeiro lugar acha curioso que nesta assembleia quase se faça aqui um saneamento político, quando uma pessoa coloca uma questão. Por acaso tem a ata e tem estado a lê-la e acha que de facto as pessoas esqueceram-se um bocadinho de dividir as coisas. -----

É funcionária da Câmara Municipal, pelos vistos deve ser um crime, e ao mesmo tempo é membro da oposição desta Assembleia Municipal. Esta Assembleia Municipal acontece às 9 horas da noite e claro que é após a hora de serviço que faz a leitura dos documentos e faz o devido estudo, porque como já aqui disse não assina de cruz, mas, pelos vistos, isso deve ser muito grave, porque o não assinar de cruz leva-nos a questionar e pelos vistos é quase criminoso nós questionarmos. -----

Questionou porque encontrou um documento e foi aqui afirmado que efetivamente tinha um erro, questionou o erro no sítio certo, portanto na Assembleia Municipal, verificou o erro, tal como também fez questão de frisar na noite anterior, não teve tempo de ter uma conversa com as suas colegas, além de que se há uma coisa que faz questão é precisamente não misturar os assuntos e não quis também misturar os assuntos de Assembleia com funções em termos de Câmara Municipal, mas pelos vistos também está mal. -----

Quando diz se devemos ficar na dúvida ou se deveremos ou não confiar nos documentos que nos são entregues, Senhor Presidente da Assembleia, nós quando fazemos as questões ou quando fazemos as perguntas de facto arriscamo-nos a ouvir as respostas, citando exatamente aquilo que acabou de dizer, e quando nós dizemos se devemos ou não confiar tem a ver, e frisou aqui nesta Assembleia, que não

punha em causa o trabalho das pessoas, questionou o que é que se estava a passar, não identificou ninguém, desde o executivo aos técnicos municipais não identificou ninguém, isso está na ata, a ata é publica pode ser consultada, portanto podem ler, inclusive disse o que é que se passa com estes dados, porque é que existem estas diferenças brutais, estávamos a falar efetivamente de um mapa que tinha diferenças de milhões de euros que deixaria qualquer pessoa preocupada, mas como é uma deputada da oposição a fazer esta questão feriu muito a suscetibilidade das pessoas intervenientes. Errar é humano, é verdade, todos nós erramos e isso nunca esteve em questão, por isso mesmo é que eu perguntei o que é que se passava com os dados. Não acusou ninguém, mas parece que deve ter feito a acusação mais fatal possível e imaginária quando diz de facto que é grave. Nós temos que analisar as coisas, o que se estava a analisar e o que se estava a verificar era de facto grave, existiam diferenças de milhões, não retira isso, porque existiam diferenças de milhões nos números. Quando existem diferenças de milhões nos números que nós estamos a analisar, de facto temos de ficar preocupados, se não ficarmos preocupados o que é que nós estamos aqui a fazer? De que forma é que estamos a analisar aquilo que nos é dado? E quando diz não sabemos se devemos confiar ou não nos documentos que nos são entregues, tem a ver com o facto que os documentos não são só elaborados pelos técnicos, os documentos supostamente têm de ser analisados pelos membros desta Assembleia, portanto é aqui, e já que é necessária esta explicação porque isto pareceu e soou muito mal, e também hoje se poderia queixar porque pelos vistos agora foi ela o alvo deste saneamento de uma forma muito gira. Não é porque este expediente falando sobre a sua pessoa nem sequer lhe é enviado, porque desculpem-lhe a expressão porque é mais bonito lê-lo aqui em público para que todos o oiçam o saneamento à deputada Andreia Calvário Graça Guerreiro, de facto acho interessante que isso não me tenha sido dado conhecimento e que depois tenha sido lido aqui com alta pompa e circunstância com a devida entoação que quiseram tanto dar à sua intervenção. Pede desculpa por ter assim a voz, às vezes a voz grave, um tom mais assertivo, pelos vistos tem de pedir desculpa por isso também. Volta a frisar, confia plenamente no trabalho das suas colegas, errar é humano, qualquer pessoa erra, e erra todos os dias. Quando erra é a primeira pessoa a pedir desculpa, e aceita a desculpa que aqui foi dada, aceita a explicação que aqui foi dada, mas sinceramente não aceita o saneamento que aqui fizeram.-----

De seguida foi dada a palavra ao **deputado Luís Martins**, que começou por referir que o que se passou na última Assembleia e que mereceu este pedido de esclarecimento aos serviços é grave. Deve dizer previamente que nada o move contra qualquer deputado ou qualquer membro desta Assembleia, muito pelo contrário, tem o maior respeito por todos aqueles que se dispõem a dar um pouco do seu tempo para participar ativamente na vida política do nosso concelho, porque acredita que o estão fazendo na procura de dar o seu contributo para o melhor do nosso concelho. Ainda assim, não é por ter esse respeito que deve considerar que o trabalho, o seu, o dos seus colegas de bancada ou de qualquer outro deputado ou membro desta

assembleia deve ser alvo de avaliação e que essa avaliação tanto pode ser positiva ou negativa e que isso não trás qualquer mal ao mundo a partir do momento em que nos predispomos politicamente a exercer um cargo, temos que estar preparados para isso. Teve conhecimento do teor da declaração que o Senhor Presidente acabou de ler porque efetivamente um dos direitos dos deputados da Assembleia Municipal é “*alínea s) do artigo 22.º do Regulamento da Assembleia Municipal, solicitar por escrito à Câmara Municipal por intermédio do Presidente da Assembleia Municipal os documentos, as informações e esclarecimentos que se entendam necessários mesmo fora das sessões da Assembleia Municipal*”. Não é necessário vir fazer as questões, principalmente quando elas acarretam uma mensagem de dúvida e suspeição sobre a gestão municipal. -----

À parte disto, tem uma declaração preparada e vai lê-la: -----

“Na última sessão desta Assembleia Municipal realizada no passado dia 21 de fevereiro de 2019, a senhora deputada do grupo municipal do Partido Social Democrata Andreia Calvário Graça Guerreiro, na sua intervenção relativa ao Ponto C.11 do período da ordem do dia, mais concretamente na parte em que se refere à análise do relatório sobre a informação financeira do município a 31.12.2018, refiro 31.12.2018 e não 31.12.2017, há um ano atrás é que tínhamos tido conhecimento dessa análise fez um conjunto de considerações graves, lamentáveis e inaceitáveis, revestidas de um tal nível de suspeição que colocam em causa a competência e a seriedade de todos os responsáveis pela gestão municipal e aqui sejamos sérios, a gestão municipal também são os técnicos e também a Divisão Administrativa e Financeira. Essas considerações foram tanto mais graves porque estão desprovidas de qualquer fundamento, acabamos de ouvir a informação prestada pela Senhora Chefe de Divisão e resultam, disse-o também nessa informação a Senhora Chefe de Divisão, ser uma interpretação precipitada, acrescento eu, que é uma interpretação leviana e pouco cuidada por parte da senhora deputada, que desta forma nada dignifica esta assembleia e em nada contribui para o correto esclarecimento dos municípios, antes pelo contrário, contribui para promover a desinformação e lançar suspeitas sobre a questão autárquica e sobre a seriedade e o profissionalismo dos funcionários do município. A informação da Senhora Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que o Senhor Presidente acabou de ler, é por si só bastante esclarecedora sobre a falta de fundamentação do conjunto de suspeições lançadas pela senhora deputada, não me vou por isso alongar num análise sobre as questões técnicas, até porque continuo, e continua o grupo municipal do Partido Socialista, a confiar no profissionalismo e na competência dos técnicos do município, em particular dos técnicos da DAF.-----

Não pode no entanto deixar de fazer uma análise política à postura adotada pela senhora deputada do grupo municipal do PSD, a quem devem ser única e exclusivamente atribuídas as responsabilidades de se ter criado toda esta situação desconfortável para todos, mas sobretudo para os funcionários do município que se viram atacados na sua honra e brio profissional e que acredito estão agora sob uma pressão acrescida, completamente desnecessária e injusta, toda essa situação e as

suas consequências são lamentáveis e são inaceitáveis e poderiam e deveriam ter sido evitadas, bastando para isso que a senhora deputada tivesse agido de boa-fé e com sentido de dever público no exercício das suas funções. Em política, e como referiu e muito bem o Senhor Presidente desta Assembleia, e que corrobora completamente destas palavras, não vale, nem pode valer tudo. Todos nós constituímos este órgão, fomos eleitos livre e democraticamente pelos cidadãos do concelho de Almodôvar, pelo que se exige de nós um compromisso com o dever público e uma postura séria, honesta e rigorosa no debate político. Tivesse a senhora deputada embebida destes valores e princípios e certamente toda esta situação teria sido evitada, eu próprio não me veria na obrigação de fazer esta declaração, que nada me dá prazer, antes pelo contrário, é a declaração mais difícil e menos confortável que faço nesta assembleia. Como dizia, toda esta situação podia e devia ter sido evitada, se a senhora deputada tivesse feito uma análise minimamente exigente aos elementos que tinha ao seu dispor, nomeadamente, analisando na íntegra os documentos que comparou e não apenas cingindo-se a uma parte bastante restrita dos mesmos. Sou eu que o digo, mas também está plasmado na informação da Senhora Chefe de Divisão, caso tivesse feito essa análise exigente, analisando os documentos como um todo e não apenas um dos quadros anexos do documento, como era a sua obrigação atendendo às declarações que veio realizar nesta assembleia, teria facilmente verificado que não havia fundamento que justificasse uma conclusão da gravidade e da natureza daquela que fez, ao concluir que poderíamos estar perante uma situação que justificasse que esta assembleia passasse a duvidar das informações escritas, inscritas nos documentos que nos são facultados pelos serviços municipais. Se a senhora deputada estivesse de boa-fé no debate político quando suspeitou que existia alguma informação incorreta no documento da informação financeira que esta assembleia iria tomar conhecimento e discutir, que refira-se mais uma vez, era o documento da informação financeira a 31.12.2018 e não o documento de informação financeira referente ao período homólogo de 2017, deveria ter envidado todos os esforços, ou no mínimo dos mínimos exigíveis para confirmar se a informação contida nos mesmos estava efetivamente incorreta, ou se constituíam alguma prática incorreta. Tratando-se de uma dúvida resultante da discrepância de números de um mapa anexo ao relatório da informação financeira referente aos períodos homólogos de anos diferentes e visto que a dúvida se referia à informação financeira relativa aos anos 2015 e 2016, deveria ter a senhora deputada consultado os relatórios de contas dos respetivos anos, que diga-se de passagem são auditados por um ROC e fiscalizado por entidades como a DGAL, o Tribunal de Contas ou o IGF, acrescenta-se que destas entidades não se conhece qualquer referência à existência de inconformidades nos relatórios de contas desses anos. Dessa forma, se tivesse consultado os relatórios de contas de 2015 e 2016, poderia ter comparado os montantes inscritos nos respetivos mapas e os montantes inscritos nos documentos finais da prestação de contas. Se o tivesse feito, a senhora deputada teria verificado que toda a informação que consta no mapa em anexo ao documento informação financeira a 31-12-2018, aquele que efetivamente estávamos a tomar conhecimento

naquela reunião, teria reparado, que estava totalmente correta e de acordo com os relatórios de prestação de contas dos respetivos anos, pelo que não teria qualquer razão para ficar perplexa ou para considerar que algo de bastante grave se poderia estar a passar. Ainda assim, e caso lhe restassem algumas dúvidas, o que é legítimo, as mesmas não reportariam à documentação que lhe iria ser dada naquela assembleia, pelo que seriam manifestamente irrelevantes e não urgentes, podendo por isso ser solicitado através dos meios regimentais ao dispor dos deputados, como o grupo municipal do partido socialista fez para ter acesso a esta informação da chefe de divisão. Dessa forma, teríamos evitado que fossem revestidos de um tal nível de suspeição as declarações da senhora deputada, chegando ao cúmulo de nesta assembleia acusar o grupo municipal do partido socialista de assinar de cruz e de não fazer uma análise cuidada dos documentos. Afinal nada de grave se passou e voltando a citar o Senhor Presidente, peço desculpa pelas citações constantes, a montanha efetivamente pariu um rato, uma montanha de suspeições, de insinuações, sobre a falta de competência, sobre a falta de profissionalismo, a falta de seriedade, a falta de honestidade, a falta de honra, a falta de brio profissional e a falta de sentido de serviço público que a senhora deputada lançou sobre os responsáveis da gestão municipal, que diga-se é o executivo municipal mas são também os funcionários da Divisão Administrativa e Financeira e que também lançou sobre os deputados do grupo municipal do Partido Socialista, afinal revelaram-se um rato, ou seja, não passou de algo insignificante e infundado, que só é assunto político porque a senhora deputada, qual Fábulas de Esopo “o parto da montanha” muita coisa projetou mas em nada acertou. -----

Senhor Presidente da Assembleia não me alongarei mais na minha intervenção, mas antes de terminar permita-me que recorde, porque se calhar nem todos conhecemos, ou nem todos temos tido a devida atenção ao regimento desta assembleia, que ao abrigo do regimento desta assembleia estamos nós deputados municipais abrangidos por um conjunto de direitos e de deveres pelos quais devemos reger a nossa conduta e a nossa ação no exercício do cargo que desempenhamos. Já li aqui um dos direitos que assistia à senhora deputada e que se tivesse sido utilizado teríamos evitado toda esta situação, mas vou agora citar dois deveres que são também eles muito importante e que devem merecer a nossa melhor reflexão sobre toda esta situação. Recordar então os deveres dos senhores deputados inscritos no Regimento da Assembleia Municipal nos incisos 4 e 6 da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º inciso 4.º “respeitar a dignidade da Assembleia Municipal e dos seus membros” inciso 6.º “contribuir com a sua diligência para a eficácia e prestígio dos trabalhos da assembleia municipal e em geral para a observância da constituição e das Leis”. Parece-me evidente que a senhora deputada para além de ter colocado em causa a seriedade e atuação da Divisão Administrativa e Financeira e de ter colocado em causa a atuação dos responsáveis técnicos e políticos pela gestão municipal, desrespeitou também a dignidade desta Assembleia e adotou comportamentos que colocam em causa o prestígio e a eficácia dos trabalhos deste órgão. De tudo isto tomamos registo público e consideramos que são razões mais

que suficientes para que a senhora deputada se retrate perante os funcionários deste município, perante os responsáveis técnicos, perante o executivo municipal, perante os membros desta assembleia e em última instância perante os nossos Municípios.”-----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Pedro Franco** que começou por pegar numas palavras do Senhor Presidente quando diz que “em política não vale tudo”. -----

Agora reflita um bocadinho nesta última meia hora, na adjetivação que o senhor Presidente utilizou para iniciar este assunto, a terminar com esta brilhante intervenção do senhor deputado parece, que se calhar não vale tudo, para os outros. -----

Se bem se lembra, a deputada Andreia Guerreiro nunca mencionou e nunca falou da competência dos funcionários da Câmara e esta é uma estratégia que o PS já utilizou mais do que uma vez quando não tem argumentos para defender qualquer esclarecimento, diz “Ah! isto foram os funcionários”. Portanto quem responsabilizou os funcionários sobre este lapso que houve foi o PS, não foi a Andreia Guerreiro, à Andreia Guerreiro só temos de agradecer por ter visto com brio, com o brio que faltou ao PS quando assinou os devidos documentos. Estes documentos foram vistos, subiram do funcionário para o Chefe de Divisão e deste, para a Presidência e quem devia ter tido este brio e esta análise não devia ter sido a deputada Andreia Guerreiro e esta questão de sistematicamente virarem os funcionários da Câmara contra os deputados do PSD era uma questão muito bem ultrapassável, se houvesse um maior grau de transparência no que se passa aqui e se os funcionários tivessem a oportunidade de estarem aqui presentes ou então verificar, assistir a esta reunião, através de outros mecanismos, os famosos mecanismos prometidos e propostos pelas duas bancadas que o senhor Presidente disse que ia dispor, mecanismos de comunicação, a tal sessão na plataforma de internet, e já faz 10 meses que foi pedido, bastava uma reunião com os funcionários da informática da Câmara para termos aqui uma sessão que pudesse ser transmitida pela internet e toda a gente poderia ver o que é que realmente se passou e poderia ver que realmente a deputada Andreia Guerreiro não faz qualquer menção aos funcionários da Câmara. Quem trouxe os funcionários da Câmara e a Divisão foram as intervenções do PS, dizendo que nós estávamos a lançar suspeitas sobre o PS, nós não estávamos a lançar suspeitas sobre o PS ou sobre os funcionários, nós estávamos aqui era a apontar um erro, e o erro existiu, e reparem senhores deputados havia um erro de milhões de euros, havia um erro de milhões de euros a verdade é essa. -----

Está aqui a haver uma condenação pública e, se em política não vale tudo, por amor de Deus, está a haver aqui uma condenação pública, completamente contra os princípios éticos desta assembleia porque foi apontado um erro, onde é que estão os princípios democráticos? Então não podemos apontar um erro? -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por referir que o senhor Presidente da Assembleia já disse praticamente tudo, e bem dito, corroborando completamente com as declarações feitas tanto pelo senhor Presidente como dos senhores deputados que até agora as emitiram. -----

Gostaria no entanto de salientar duas ou três coisas que acha importante. A responsabilidade de qualquer documento que vem para esta Assembleia é do executivo da Câmara, portanto aquilo que foi feito aqui em relação aos nossos técnicos, a senhora deputada no cumprimento do seu dever, em sua opinião, ficou felicíssimo com a intervenção da senhora deputada, felizmente só têm bugiganga desta para falar. Felizmente não há assuntos sérios para nós podermos falar nesta assembleia e vamos buscar erros que não são erros, que é um erro humano que acontece em qualquer situação e fazemos deles esta situação de politiquice que não tem qualquer valor para ninguém. -----

Os nossos técnicos são excelentes, trabalham com excelência, um profissionalismo que não sabe se há muitas Câmaras deste País a terem esta sorte, os nossos documentos são todos entregues dentro do prazo, não temos queixas nem devoluções de documentos e raramente vem um documento devolvido de qualquer instituição. Antes dos documentos virem para esta Assembleia passam pelo crivo dos técnicos, do Presidente da Câmara ou dos Vereadores que têm esse pelouro, passam pelo crivo o Tribunal de Contas, passam pela DGAL, passam pelo ROC e depois vêm para os senhores deputados. De facto não quer de modo nenhum dizer que o trabalho dos deputados não é verificar números, nem verificar valores, nem verificar questões, o que está a dizer é que fica felicíssimo que felizmente tenha um assunto de tão pouca importância e tão pouca relevância para ser discutido com tanto brilho e com tanta ofensa a colegas funcionários, só isto é que me preocupa. De facto aquilo que foi feito na última assembleia, a ação que foi tomada não está de facto desproporcionada do trabalho de um deputado independentemente, das regras, tudo o que tem de fazer, o que está aqui em causa é que estamos perante uma situação em que qualquer colega que se preze atravessa o corredor e diz à colega ou ao colega do outro departamento, detetei aqui um erro ajudem-me a verificar se o erro está bem ou está mal. Isso sim, isso seria de um deputado, de um colaborador ou colaboradora com mérito e com brio profissional para o seu próprio município. A partir daí é fantochada política, é trazer para esta assembleia um assunto que devia ter sido resolvido nos gabinetes e agora não se admirem desta Assembleia devolver no mesmo local aquilo que tem de ser devolvido, logicamente não iríamos escrever aos senhores deputados. Não iríamos escrever uma cartinha com flores cor-de-rosa à senhora deputada no seu gabinete, porque ela tomou a iniciativa e a atitude inicial de trazer o assunto para esta assembleia e a resposta foi dada no mesmo local. Naturalmente que vê aqui uma estratégia que é uma estratégia política, vamos denegrir a imagem deste executivo, vamos criar aqui na assembleia a ideia de que está tudo mal, as suspeitas que há irregularidades, as suspeitas que as contas estão mal, as suspeitas que há má gestão, as suspeitas que há suspeitas. É um trabalho político, certo, mas façam o trabalho político comigo que eu sei-me defender, não coloquem os funcionários em cheque em momento nenhum, porque respondo por eles todos, eu e pelos vistos muito bem acompanhado pelos senhores deputados e pelo senhor Presidente da Assembleia. -----

Permita senhor deputado Pedro dizer-lhe que esteve muito bem, mas por amor de Deus, não me diga que alguma vez o Partido Socialista enquanto foi Partido Socialista, que eu represento também fora de ser Presidente de Câmara, veio aqui a esta casa alguma vez culpar algum funcionário por qualquer erro. Eu sou o primeiro aqui neste microfone a dizer se há erro eu sou responsável, sempre o tenho feito, sempre em todos os momentos, nas reuniões de Câmara, os senhores vereadores que confirmem, ou não, quando quiserem consigo, nunca dei nenhuma culpa a nenhum funcionário, o erro é meu. Os técnicos é que fazem o trabalho, mas se eu não vi a culpa é minha e é assim que tem de ser, sou eu que sou o responsável e respondo aqui onde estou por todo o trabalho executivo municipal, todo, nenhum dos vereadores tem que se defender porque eu defendo todos como se defendesse a mim próprio, portanto nunca em momento nenhum eu aqui assisti, eu enquanto Presidente de Câmara e os meus colegas e camaradas de Partido também o são naturalmente, fora da Câmara, somos camaradas de Partido nunca em momento nenhum houve essa tentativa do Partido Socialista em colocar culpas nalgum funcionário. Antes de mim eu não sei, não seguia direto. Outra situação que queria também dizer, é que de facto o trabalho dos técnicos que foi colocado em causa é uma estratégia política também, mas mais uma vez lhe digo os técnicos não têm culpa, eu não posso ler todas as linhas e é normal que haja falhas. É um erro humano dizer que o Presidente devia ter visto, certamente, sim a culpa é minha, agora não consigo ver todos os documentos, mas não vamos é fazer dum problemzinho que não é problema, de um quadro errado que se referia a 3 meses antes de milhões de euros, não vamos por em causa uma estrutura municipal que felizmente tem as continhas todas certinhas, como o senhor pode ver. -----

Claro, questionar sem colocar em causa a idoneidade das pessoas nem o trabalho do executivo, nem lançar a estratégia para o mercado que o trabalho está mal, que existem irregularidades, que há suspeitas que há fraude, que há tudo e mais alguma coisa, essa é a estratégia política do grupo parlamentar do PSD que eu não tenho aqui que me defender, só tenho que defender o trabalho da Câmara Municipal. ----

E nesse trabalho da Câmara Municipal, senhor deputado, com o devido respeito, como sabe, respondo como tenho que responder, esse trabalho do grupo parlamentar do PSD é um trabalho político e nós estamos aqui há uma hora e meia a trabalhar um problema que não é problema. Por isso eu estou felicíssimo, significa que não há mais nada de concreto para trabalhar no orçamento nem na aplicação do saldo de gerência e nós somos os melhores gestores do mundo. -----

O Presidente da Assembleia deu mais uma vez a palavra à **deputada Andreia Guerreiro**, tendo referido que o assunto já deveria ter finalizado há muito tempo se tivesse sido tratado da forma que devia ter sido. -----

Quer dizer só 2 ou 3 coisas, temos a ata da última Assembleia na mão e na sua intervenção diz que *“O que viu acabou por a deixar perplexa, para não dizer outra coisa, já que os números de execução da despesa estão diferentes nos dois mapas, sendo que nos anos de 2015 e 2016 então há diferenças enormes”* isto foi o crime que cometeu. -----

“Caros membros desta Assembleia, caro público presente, estamos a falar de milhões de euros, sinceramente não consegue compreender o que é que se está aqui a passar.” Foi o erro que cometeu -----

“Convida os colegas da Assembleia a verificar e também chamar a atenção do Senhor Presidente da Assembleia para se ter em consideração a devida atenção sobre este assunto, para que se encontre uma explicação coerente para este facto, porque se não acontecer ficaremos sempre na dúvida se devemos ou não confiar nos documentos que nos são entregues. Isto é de facto muito grave.” Pelos vistos é muito grave nós questionarmos. -----

Eu entretanto faço a leitura toda dos números e por fim digo *“O que é que se passa com estes dados? Porque é que existem estas diferenças brutais? Como é que nós podemos entender o que aconteceu?”* meus senhores este foi o meu crime.

Entretanto, curiosamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal refere colegas e colegas e volta a dizer, o seu trabalho aqui é como deputada, foi eleita como deputada, vai fazer esse trabalho do princípio ao fim, principalmente quando às nove da noite se reúnem aqui nas sessões da Assembleia e quando sai da sua função da Câmara Municipal e vai para casa para poder fazer o seu trabalho, para o qual foi eleita da melhor forma possível. O Senhor Presidente é precisamente a primeira pessoa que fala nos funcionários e diz aqui na ata *“Sobre tudo daquilo que diz da análise financeira que faz, se existe uma falha de 4 milhões naturalmente não desaparecem, nós felizmente temos transparência total, os seus colegas”* e é aqui que há a primeira referência aos funcionários da Câmara, *“e, sabe quem são, sabe o profissionalismo que têm, não o fariam de propósito. Se houve alguma falha certamente é um erro, mas não me parece que exista essa falha. Não obstante da sua análise, deve haver alguma explicação de algum dado ou que está colocado noutra sítio, não é contabilista, (e depois isto continua). Portanto aquilo que vai fazer é pedir aos técnicos”* e é o Senhor Presidente da Câmara Municipal que volta a referir os técnicos desta autarquia *“que analisem e certamente haverá uma explicação plausível a dar aos senhores deputados.” -----*

Não, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, não vão fazer isso, não vou ficar contra os meus colegas, os meus colegas se quiserem ficar chateados comigo pela interpretação que alguém lhes deu dessa situação toda poderão ficar, mas não vou deixar de fazer o meu trabalho aqui. Lamento, podem fazer o saneamento que quiserem, já não é a primeira vez que o fazem, mas eu não vou deixar de fazer o meu trabalho aqui, é só isso que fica explícito. -----

Seguidamente o Presidente da Assembleia deu também a palavra ao **deputado Luís Martins**, que principia por dizer que houve aqui uma referência em relação ao Partido Socialista. Que o Partido Socialista é que teria supostamente a colocar as dores que os funcionários poderiam estar a sentir, digamos aqui a tentar desviar o foco da atenção. Vai ler novamente o esclarecimento da Sr^a Chefe de Divisão, porque, já o disse mais do que uma vez, recebeu esse documento porque utilizou os meios regimentares ao seu dispor para o solicitar. Foi ele que inclusivamente solicitou

também esta informação, o Senhor Presidente também já o tinha feito, foi uma redundância, recebemos ao mesmo tempo. Vai ler um trecho que o Senhor Presidente já leu, mas que é para vincarmos aqui e percebermos bem o que é que a Senhora Chefe de Divisão escreve e qual é a opinião da pessoa então responsável: *“concluimos assim que a Senhora Deputada, precipitadamente, levantou interrogações infundadas”*, não sou eu que o digo estou a citar, *“pois efetivamente estamos perante um lapso no preenchimento de um mapa e não perante uma “situação grave” que justifique uma intervenção desta natureza e que ponha em causa a própria gestão municipal”*, não sou eu que o digo estou a citar ainda, *“pois entendemos que este tipo de incongruência em mapas demonstrativos e de carácter facultativo, não definem ou norteiam aquilo que é o desempenho desta Divisão Municipal.”* -----

Acho que é bastante claro quanto a quem é que supostamente estará a colocar alguém contra alguém, não estamos a fazer isso, estamos a esclarecer. Assumo claramente que estou a fazer a defesa dos funcionários do município, porque o que aqui foi feito, as insinuações que foram lançadas, são graves demais e diz-lhe mais, foi aqui dito nesta assembleia, também na reunião passada, pelo senhor deputado Pedro Franco, que não lhes era entregue informação suficiente para deliberar sobre um documento. Aquela informação, tínhamos recebido na sessão de junho e de setembro do ano passado, onde tínhamos deliberado sobre aquele assunto aquilo era um Visto do Tribunal de Contas era a dizer sim ou não.-----

Para finalizar este assunto, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Domingos Guerreiro**, que disse estar um bocado preocupado perante o que se está aqui a passar esta noite. Há muitos anos que vive em democracia e vai debater-se aqui na democracia das pessoas. Há muitos anos que anda nestas andanças e vai falar aqui um bocado sobre isto. -----

Democracia também é silêncio e pôs-se aqui em causa o silêncio da bancada do Partido Socialista na última Assembleia.-----

Democracia também é humildade e não arrogância. -----

Democracia também é respeito e temos de nos respeitar uns aos outros. -----

Democracia também é saber aceitar o erro de alguém, ninguém é perfeito, tanto no poder como na oposição. -----

A Democracia do povo que sabe analisar o trabalho de quem votaram.-----

Democracia é saber aceitar com dignidade o trabalho, o voluntariado, os compromissos políticos assumidos dos lugares que aqui partilhamos. -----

Democracia é trabalhar sem grandes interesses pessoais. Democracia é trabalhar e tudo fazer para bem da comunidade que se representa politicamente. -----

Democracia é trabalharmos todos nós em conjunto, deputados para o desenvolvimento do nosso concelho, onde nasceu, onde criou os seus filhos com respeito pela comunidade.-----

Democracia é todos nós darmos o melhor de nós próprios no desenvolvimento do nosso concelho. Aqui não pode haver má-fé, não pode haver vingança, não pode haver ódio, temos de ser transparentes com a nossa consciência. Não pode haver

outras coisas más, de mal para o povo que representamos, somos todos responsáveis perante quem votou em nós. -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que para rematar este assunto não poderá deixar de fazer algumas referências e quer começar por dizer, em primeiro lugar, que ninguém aqui está fazendo qualquer saneamento, entenda o que entender com o seu sorriso o que você entender por saneamento, porque eu vivi o tempo dos saneamentos e sei bem os prejuízos que os saneamentos causaram. E mais a mais, agora que comemorámos há tão pouco tempo o 25 de Abril. Portanto, saneamento é coisa que não cabe no meu vocabulário. -----

A única questão que aqui colocamos, apesar da senhora deputada Andreia Guerreiro e o senhor deputado Pedro Franco entenderem que não há aqui qualquer situação, foi a forma como a questão foi colocada. Recorda o que aqui se passou numa assembleia anterior, uma situação semelhante que foi levantada pelo vosso líder de bancada, o Senhor Jorge Marques, que também num mapa descobriu um erro. Colocou a situação, recordam-se, a Assembleia foi interrompida, procurou-se esclarecer o erro, não se conseguiu e fez-se uma nova sessão. O erro foi esclarecido e não se levantou qualquer tipo de questão, qualquer tipo de polémica relativamente ao erro que aparecia no mapa, porque ele levantou a questão de uma forma diferente. Às vezes as coisas têm a ver com o tom e o teor que se empresta às palavras, a forma como as coisas são colocadas. Já que o senhor deputado Pedro Franco fala na situação da transmissão das sessões da Assembleia Municipal, e antes de continuar, devo só dizer que isso foi aqui aprovado, felizmente por consenso, mas não é nada que seja urgente. Não está esquecido e quando houver condições começaremos a transmitir as sessões de acordo com o que foi aprovado. Agora repare senhor deputado, se a sessão anterior estivesse a ser transmitida, e apesar da senhora deputada Andreia Guerreiro entender que não havia qualquer insinuação nas suas palavras, quando se diz que “aqueles números a deixaram perplexa para não dizer outra coisa” e quando se diz que “estamos a falar de milhões, onde é que está esse dinheiro, como explicar as diferenças”, esta é uma imagem que passaria para o público que estivesse a acompanhar a sessão e como toda a gente sabe, aquilo que se transmite de mau é mais difícil de apagar e as pessoas ficariam a pensar o que aconteceu aqueles 4 milhões. E com a ideia que muita gente tem da política, iria transmitir uma imagem muito negativa. Tudo tem a ver com a forma como as coisas são colocadas. Quando se fala em situações de facto muito graves, quando se fala em diferença de milhões, que não se sabe do dinheiro, onde é que ele está, quando se fala se devemos ou não confiar nos documentos que nos são entregues, e depois diz que é muito grave, é claro que fica sempre uma restiazinha de insinuação que pode passar para a opinião pública e depois é muito difícil de apagar a mancha que fica. É como as nódoas, fica sempre uma aureolazinha que é difícil de apagar. Ninguém procurou implicar ou responsabilizar os funcionários, mas quando se diz que fica na dúvida se devemos ou não confiar nos documentos, estes documentos, que são elaborados pelos funcionários e tanto assim foi que a Senhora Chefe de Divisão ficou, não diria indignada, mas

ficou, vou ser mais modesto, ficou aborrecida com a situação de duvidar dos mapas, com os documentos que são elaborados por aquele serviço e assim, a resposta da Srª Chefe de Divisão, foi uma resposta que mostra o que ela sentiu com aquilo que foi dito. Por fim, para não se alongar mais nesta questão, só tenho a dizer que quando fala na questão de não lhe terem facultado essa informação, foi simplesmente porque a senhora deputada Andreia Guerreiro não a pediu. E sabendo, como aqui falámos na última sessão, que relativamente à situação que aqui se gerou que iríamos pedir esclarecimentos aos serviços competentes, poderia também ter tido o cuidado, ou não se lembrou, ou não pensou, seja como for, não pediu esclarecimentos, porque se tivesse pedido ser-lhe-ia facultada a informação que foi prestada pelos serviços competentes, porque sabia que iria ser pedido um esclarecimento aos serviços competentes.-----

Quanto à questão dos saneamentos, não admite de ninguém lições desse género. Repete que não é palavra que caiba no seu vocabulário e o que disse é a sua opinião sobre o assunto, a sua opinião foi aquela. Se a Srª deputada acha que não houve gravidade nas suas palavras, nós achamos que houve, nós entendemos que da maneira como as coisas foram apresentadas que havia gravidade nas suas palavras. Portanto, prestamos aqui o devido esclarecimento e o assunto fica encerrado. Só o que eu espero, e desejo, é que futuramente a forma de colocar as coisas seja feita de uma forma mais cordata, com mais bom senso, para não levantar suspeitas sobre determinadas situações. E posto isto, vou dar por terminado este assunto. -----

Deve dizer que em nada lhe agradou ter estado todo este tempo a falar nesta situação, não é situação que caiba propriamente na sua forma de ser e pensar. ---

Uma outra situação que aqui também foi afluída na última reunião da Assembleia, teve a ver com a questão do pedido de Reconhecimento Público do Solar da Portela. Foi solicitado ao Presidente da Assembleia Municipal que levasse a uma reunião deste órgão o assunto, relativamente a esse reconhecimento, reconhecer a ampliação das instalações sitas no Solar da Portela de unidade hoteleira de alojamento local para hotel de 3 estrelas. Fizemos isso, o assunto já aqui foi também afluído na última reunião da assembleia, dissemos também na altura, como se recordam, que eu ia pedir esclarecimentos à Câmara Municipal sobre este assunto e tenho o esclarecimento na minha posse. Recebi há pouco tempo e vou dar conhecimento ao interessado. No entanto, devo aqui dizer que dos esclarecimentos que me foram prestados, está um processo muito completo, muito bem elaborado e muito minucioso, que faz todo o historial desta situação. De uma maneira mais geral, as conclusões que me chegaram dizem que o interesse público municipal foi reconhecido à ampliação das instalações sitas no Solar da Portela, de Unidade Hoteleira de Alojamento Local para Hotel de três estrelas, é o documento que consta do reconhecimento público e que aqui foi aprovado, numa sessão da assembleia, no dia 3 de outubro de 2016. Depois, o processo diz que “se tal operação não se concretizar, os fundamentos que serviram de base à declaração não se manifestarão, bem como o respetivo interesse público municipal”. Como conclusão final, e

acompanhado dos respetivos fundamentos, dizem os serviços competentes da Câmara Municipal, sobre aquele pedido de reconhecimento de interesse público municipal: ---

“Considerando o exposto e conforme já tivemos oportunidade de referir, o interesse municipal é reconhecido à ampliação de Unidade de alojamento para Hotel de três estrelas e não ao projeto/ entidade Solar da Portela, pelo que, afigura-se-nos, salvo melhor opinião, de que o Solar da Portela deverá solicitar novo Reconhecimento de Interesse Público Municipal junto do Município de Almodôvar para o seu projeto turístico e/ou hoteleiro, solicitando a concessão de benefícios económicos, não obstante o facto de serem conjunturas autónomas que poderão ser requeridas individualmente.”-----

E depois diz que até à data não deu entrada nos serviços de expediente qualquer pedido ou requerimento neste sentido.-----

Foram-me também facultadas informações sobre os processos de reconhecimento de Interesse Público Municipal à Herdade dos Toucinhos e do Africa Safari Park e Africa Safari Lodge, que também são citados na comunicação que nos foi enviada.

Em sua opinião O documento está muito bem elaborado, está bem historiado e aqui fica também o devido esclarecimento que, repete, foi atribuído o reconhecimento interesse municipal àquelas obras de ampliação, mas que pelos vistos até à data ainda não foram executadas. Refere também, mesmo para concluir, que poderá ser solicitado novo pedido de reconhecimento municipal a partir de agora.-----

Julga que desta forma cumprimos o que nos foi solicitado, de apresentar o assunto na assembleia. O assunto foi apresentado, foi discutido e penso que agora será um assunto que terão os intervenientes de diligenciar no sentido de resolver a bom termo esta situação. Toda a gente sabe que a Câmara procura sempre apoiar e se apoia empresas que vem de fora para o nosso concelho, julgo eu, que muito mais apoiará as empresas que já estão situadas e que se pretendem expandir. Destas conclusões irá dar conhecimento ao interessado que fez esta solicitação, ao Senhor José da Lança.-----

Terminados estes dois temas, o Presidente da Assembleia abriu novamente as inscrições, dando de imediato a palavra ao **deputado António Fontinha** que proferiu o seguinte:-----

“António Fontinha, Deputado eleito pelo Partido Socialista, vem por esta via elogiar a executivo da Câmara Municipal de Almodôvar pelo facto deste se mostrar disponível para resolver problemas mesmo onde existe menor número de população.

É comum que os executivos apostem em meios urbanos onde existem mais votantes, mas neste caso, nota-se que os investimentos são feitos onde são necessários, e não somente onde existe mais população para aplaudir.-----

Aqui refiro-me especificamente à obra de grande importância para o nosso concelho. A ETAR de Santa Cruz, um investimento de mais de 150.000 Euros, para resolver um problema, mesmo com a Aldeia com pouquíssimos habitantes. Os que lá estão merecem tanto como as de outra localidade.-----

Esperemos que continuem assim sem olhar só para os populismos mas considerando as necessidades dos habitantes e não esquecendo nunca as comunidades quer sejam grandes ou pequenas.”-----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Ana Barão** que referiu o seguinte:-----

“Ana Barão, Deputada eleita pelo Partido Socialista, vem por este meo deixar um voto de satisfação ao executivo, pelo facto deste também estar a investir em projetos que não trazem muita visibilidade, mas que permitem ao município ir preparando um caminho de poupança energética e de modernização do concelho, bem como de aproveitamento de fundos comunitários para equipar o concelho com tecnologia LED.

Refiro-me especificamente aos investimentos contínuos que se fazem na mudança de lâmpadas correntes para as lâmpadas de tecnologia mais moderna, chamadas LED, que em 2018 permitiu modernizar uma série de pequenas povoações, incluindo, o Rosário, a A-do-Neves, os Porteirinhos, o Monte dos Mestres, as Viúvas, os Gorazes, as Guedelhas, a Romba, Santa Cruz, Monte Corvos, Romba, Monte João Silvestre, Corte Figueira, Almejoafra, Felizes e Monte das Cercas. -----

Depois das lâmpadas mudadas, já ninguém repara, pois desde que esteja a rua iluminada, estamos satisfeitos. Mas esta mudança permite modernizar a iluminação, ter mais tempo sem lâmpadas fundidas e poupar os cofres da câmara a médio e longo prazo. -----

Este investimento, em consultas das despesas da Câmara, ultrapassaram os duzentos mil euros, mas valeu a pena. -----

Somos da opinião que devemos continuar a modernizar e a apostar nas poupanças em todo o concelho.”-----

Para finalizar este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado António Amaro** que referiu o seguinte:-----

“Eu, António Amaro, deputado eleito pelo Partido Socialista, venho em nome desta bancada, congratular este executivo pela requalificação e beneficiação da estrada de acesso a São Barnabé.-----

Como se sabe, bons acessos são um dos principais fatores que favorecem o desenvolvimento das localidades. -----

São Barnabé é (ou era) uma das freguesias em que os acessos principais estavam em pior estado. -----

São Barnabé era uma freguesia, que a nível de beneficiações que satisfizessem o interesse da sua população, há muito que estava esquecida por esta Câmara. -----

A estrada de acesso a São Barnabé, agora em requalificação, há mais de vinte anos que surgia como promessa em cadernos eleitorais. -----

Mas foi agora, com este executivo, que finalmente foi dada a devida atenção a freguesia de São Barnabé, com a requalificação da estrada que a sua população tanto desejava e merecia.-----

Fica inegavelmente demonstrado que este executivo tem uma enorme vontade de melhorar as condições de vida dos munícipes, de melhorar as estradas e os acessos em todo o concelho. Desta vez não foi ignorada a freguesia com menos população,

como anteriores executivos o fizeram. Somos poucos em São Barnabé, é um facto, mas não somos menos dignos e merecedores que as restantes freguesias. E só assim podemos ainda tentar captar mais investimento no local ou até novos residentes. -----

Esta iniciativa merece assim a nossa congratulação e esperamos continuar a ser visados e merecedores das iniciativas deste executivo.”-----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018, RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMAIS DOCUMENTOS FINANCEIROS QUE A INTEGRAM, BEM COMO PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E INVENTÁRIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO: ----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** questionou o Presidente da Câmara se queria fazer algum resumo dos documentos antes de ser colocado a apreciação e deliberação. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que gostaria de facto de deixar 2 ou 3 palavras

Quis em primeiro lugar deixar um forte agradecimento a todos os colaboradores do município que colaboraram para que esta prestação de contas do ano de 2018 tenha sido mais uma vez uma prestação positiva, sem incongruências, sem dificuldades e naturalmente com um resultado positivo, mas, acima de tudo com obra feita, a que foi possível fazer, e com sustentabilidade municipal. -----

Quis deixar alguns pontos, desde já mencionando que todo o trabalho dos colaboradores é essencial para que os resultados se atinjam, mas que também o trabalho da Divisão Administrativa e Financeira aqui é importantíssimo para a gestão diária em termos de contabilidade, em termos de mapas e em termos de aviso ao executivo quando as coisas não estão a correr bem. -----

Também o nosso obrigado ao Revisor Oficial de Contas, que por acaso está aqui presente, caso seja necessário tirar alguma dúvida mais técnica, também pelo trabalho meritório que constantemente faz connosco, informando, analisando e avisando antecipadamente quando alguma coisa poderá vir a correr mal. -----

Deixa depois uma análise muito simplista daquilo que foi a nossa prestação de contas, os números são conhecidos, terminamos o ano sem qualquer dívida registada em tesouraria, repete, parece que é uma palavra que alguns deputados não gostam, sem qualquer dívida registada em tesouraria, significa que qualquer dívida que o município tenha tido referente a dezembro nos surgiu em janeiro, com faturas referentes a dezembro ou que estava naturalmente em confirmação no fecho do ano.

Portanto essa declaração é minha, assumo-a aqui e em qualquer lugar e se os senhores deputados acham piada estão no sítio errado, o circo não é aqui, aqui é trabalho a sério.-----

Estabilidade profissional é uma questão importantíssima para todos nós, os nossos colaboradores sem exceção tiveram direito a formação no decorrer de 2018, desde os operacionais até aos nossos técnicos superiores, só não foi quem não pode e quem não pode em 2018 será certamente em 2019.-----

A sustentabilidade municipal do nosso município em termos financeiros está comprovadíssima, vejamos aquilo que nós de alguma maneira podemos apontar como fatores mais positivos, tirando somente a parte financeira deixa logo, naturalmente, o número 2.017 mil euros, é o saldo de gerência com que passamos de 2018 para 2019. Também deixa o número de 941 mil euros em saldo positivo do nosso município. Tivemos todas as estratégias possíveis para motivar os nossos colaboradores, desde a oferta do dia de aniversário, que mantivemos do ano anterior para este ano, assim como o apoio necessário em termos logísticos e formativo, assim como as condições de trabalho que em momento algum nenhum dos nossos colaboradores precisou de equipamento, ou algo que tivesse necessidade que não tivéssemos feito os possíveis para o conseguir. -----

Cumprimos o equilíbrio orçamental, cumprimos o limite de endividamento da Câmara Municipal. -----

Valorizamos os colaboradores com recurso ao aproveitamento de todas as hipóteses legais que a legislação nos permitiu, desde descongelamento de carreiras até alteração de valorização profissional e até à alteração da posição remuneratória. Tivemos o saldo positivo como já mencionou, tivemos um saldo de gerência bastante significativo para aplicar em 2019, tivemos a diminuição de mais de meio milhão de euros da dívida municipal de médio e longo prazo. -----

Tivemos a diminuição da taxa de absentismo, melhoria das condições de trabalho em todos os setores, todos os procedimentos da nossa Câmara foram acautelados e com rigor e todos eles estão disponíveis para qualquer pessoa que queira os poder consultar, desde que para isso se faça acompanhar de um colaborador municipal. Toda e total transparência nos processos de atualização permanente e todos os documentos inseridos nas plataformas foram aceites, até ao momento somos o único município de todos os municípios do Baixo Alentejo que ao dia de hoje temos a inserção total de todos os procedimentos simplificados no sistema da plataforma governamental, não há mais nenhum município do Baixo Alentejo com esta eficácia total, temos uma contratação pública que levou 2 ou 3 meses a por em dia tudo isto, um colaborador somente para isto, e não abdicamos dessa transparência total. Há data, tudo o que tem a ver com SIADAP está avaliado, todos os nossos colaboradores estão avaliados e estamos em fase de terminar o processo de informação a todos do biénio 2017/2018. Os apoios sociais não pararam durante o ano de 2018, a modernização da Câmara não parou, adquirimos mais 25 novos equipamentos para a Câmara Municipal e também para as escolas que estão a ser instalados neste momento nas aquisições feitas, ainda novembro e dezembro. -----

As obras também não pararam como podem ser vistas, algumas estão com atrasos mas nunca pararam, portanto com tudo isto temos o maior orçamento de sempre desta Câmara Municipal, 20 milhões de euros, neste momento em 2019 que é o resultado em parte do trabalho feito em 2018. -----

O trabalho deste orçamento reflete de certa maneira a nossa persistência junto da CIMBAL, junto da CCDR para abrirem mais avisos, nós tivemos um problema gravíssimo em 2018 no nosso país, principalmente na CCDR de Évora, que não

existiram avisos para procedimentos, avisos para os fundos comunitários que nos pudessem auxiliar no aumento do orçamento para aplicar em obras. Felizmente no último trimestre de 2018 e no primeiro trimestre de 2019 as coisas têm corrido muito bem, porque houve pressão, houve persistência dos municípios junto da CCDR e Almodôvar não ficou esquecido, daí os 20 milhões de euros, passa de 20 milhões em termos de orçamento disponível. -----

Quer também mencionar que as despesas com pessoal neste orçamento de 2018 subiram ligeiramente, no orçamento de 2019 vão subir cerca de 7 ou 8%, porquê? Porque valorizamos todas as carreiras dos nossos funcionários, descongelamos as carreiras como já disse, aplicamos todas as regras possíveis, portanto a nossa despesa global em termos de orçamento de despesa subiu, mas a nossa despesa geral diminuiu. Subiu também como consequência de todo o processo de requalificação dos nossos funcionários públicos. -----

Com isto que nos disse quer simplesmente estar disponível para qualquer esclarecimento adicional ao nível financeiro e deixar mais uma vez a congratulação para o trabalho que temos feito, não o seu, que o seu só é possível com a colaboração de todos, mas a colaboração de todos os colaboradores têm dado à Câmara para que estas execuções sejam possíveis. Não diz que está perfeito, há muito trabalho para fazer e há muito a melhorar, no entanto, o que aqui está é o resultado de muito trabalho, de muita persistência e do empenho de muita gente.---

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os deputados Fernanda Guerreiro, José Guerreiro e Andreia Guerreiro.-----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Fernanda Guerreiro**, que proferiu o seguinte: -----

“A Prestação de Contas de 2018, relatório de Gestão e demais documentos financeiros que a integram, bem como Propostas de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e do Município, constitui-se como um documento que permite fazer uma apresentação geral das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, com a relevância dos correspondentes dados. -----

Atendendo à realidade deste Município, o Órgão executivo do Partido Socialista, representado em maioria na Câmara Municipal, teve em linha de conta o que melhor poderia servir os interesses da população do nosso concelho -----

Neste contexto e relativamente à ação durante o ano de 2018, em traços muito gerais podemos destacar alguns aspetos que nos parecem mais relevantes: -----

Não podemos esquecer que o país esteve mergulhado numa crise económica e social, verificando-se agora os primeiros sinais de recuperação, levando a que, nestas alturas menos favoráveis, as pessoas sejam uma preocupação para as entidades com responsabilidades públicas ao nível social, logo, este município não ficou alheio, pelo que as pessoas foram claramente tidas como preocupação por parte deste executivo, nomeadamente se levamos a efeito a análise dos dados plasmados neste relatório, onde se destacam áreas como é o caso da ação social, o associativismo, o

empreendedorismo, os apoios no âmbito dos programas para séniores e de ocupação de jovens, entre outros. -----

No que respeita aos recursos humanos, considerando que existiu uma fase de congelamento não só das remunerações, mas também da admissão de novos trabalhadores na administração pública, a qual as autarquias locais também estiveram sujeitas, levando, em algumas situações, ao comprometimento da oferta de determinados serviços com a qualidade que desejaríamos. -----

No ano de 2018 verificou-se uma abertura para que fossem colmatadas essas necessidades, quer através de novas admissões de trabalhadores na sequência de procedimentos concursais e ainda com a regularização dos vínculos precários, quer também com as situações de mobilidade na categoria e intercarreiras, resultando no aumento do número de colaboradores, levando a uma progressiva reorganização dos serviços do município, com resultados na melhoria dos serviços agora prestados.

No que se refere à totalidade dos trabalhadores do Município, relativamente à igualdade de género, podemos verificar uma tendência para o equilíbrio, indo ao encontro do objetivo pretendido relativamente a esta matéria. -----

Outro aspeto bastante relevante neste relatório refere-se à diminuição do absentismo dos colaboradores, o qual apresenta no final de 2018 um valor de 7,04%, inferior em comparação ao verificado no ano de 2017, que registou uma taxa de 7,58%. -----

Parece-nos que esta tendência para a diminuição do absentismo nos últimos anos, poderá ser fruto de uma gestão mais adequada dos recursos humanos, nomeadamente através da motivação no trabalho, fiscalização controlada, mas não excessiva, transparência nos serviços, valorização de uma política de comunicação interna clara e alocação de colaboradores a funções mais adequadas ao seu perfil de formação, atendendo às habilitações académicas e profissionais. -----

Também não podemos deixar de referir que, de acordo com investigações e estudos levados a efeito neste âmbito, a diminuição do absentismo nos serviços aumenta a produtividade, já que se verifica um envolvimento maior do trabalhador nas suas tarefas e responsabilidades, o que conduz a mais rendimento durante os períodos em que trabalha. -----

Ao nível da formação profissional dos colaboradores da autarquia, esta parece ser vista como um agente fundamental no desenvolvimento de competências profissionais que conduzem à modernização da administração local e a melhoria da qualidade do serviço público, já que se verificou um grande investimento nesta área, realçando ainda o facto da carreira de assistente operacional ter sido contemplada com um número superior de horas de formação profissional, o que é indicador da atenção do executivo municipal na valorização dos seus colaboradores com menos formação estimulando a inversão desta situação. -----

É importante referir que ter trabalhadores qualificados é sinónimo de ter uma equipa mais flexível mais capaz de resolver situações críticas e de colaborar com os colegas através de uma boa comunicação e como não poderia deixar de ser vai

aumentar também a satisfação pessoal e a segurança de todos eles nas suas funções. -----

Em termos orçamentais congratulamo-nos com a receita líquida cobrada no valor de €13.198.087,73 correspondendo a uma execução orçamental de 91,54% e ainda também com o saldo de disponibilidades no valor de €2.017.744,77 a transitar para o exercício de 2019. Estes resultados são indicadores de uma gestão equilibrada com a presença de aplicações onde são necessárias mas também com contenção e rigor e tal como já referimos anteriormente de uma gestão de cariz social e humano.”---

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado **José Guerreiro**, que principiou por dizer que relativamente à apreciação e deliberação sobre a prestação de contas de 2018, relatório de gestão e demais documentos financeiros, gostava de referir que na página 50 do relatório de gestão diz em determinado parágrafo que a dívida do município se cifrava em €718.688,26 em 31.12.2018. ---

Esta dívida fala em fornecedores, Estado e outros entes públicos. Na página 51 ainda se torna mais explícito, já que se fala em fornecedores, em faturas em conferência no valor de €174.980,00. Senhor Presidente, poupamos-lhe justificações, porque já aqui disse que estas dívidas não estavam em tesouraria, que se encontravam em circuito de conferência. Afinal, existiam dívidas. Encontravam-se era em circulação no município, não é Senhor Presidente? Foi o que aqui falamos, mas o Senhor Presidente desmentiu. Afinal haviam dívidas, o que é normal, não vale é a pena estar a atirar areia para os olhos, pode fazer alguns acreditar, mas nem todos estão de olhos fechados, não tem de se aceitar tudo o que nos dizem sem comentar, é para isso que cá estamos e queremos fazê-lo com isenção e de forma séria. Vamos manter-nos atentos.-----

Prosseguindo, usou a palavra a **deputada Andreia Guerreiro**, que disse pretender fazer algumas considerações e colocar 2 ou 3 questões relativamente ao documento que foi enviado hoje, o Relatório de Conclusões e Recomendações da Auditoria. Referiu que o facto de ter chegado só hoje inviabilizou um pouco que se fizesse uma análise mais profunda, mas irá destacar algumas notas.-----

De acordo com este documento, não se encontra assegurada a coincidência de registos entre a Contabilidade, a Conservatória do Registo Predial e a Autoridade Tributária, no tocante ao património imobiliário do município de Almodôvar. -----

Nas páginas 4 e 5, e vamos ver se depois não sou aqui crucificada, pedia uma explicação para os quadros uma vez que eles são exatamente iguais, mas um refere obras em curso e depois o outro as obras em curso concluídas e transferências para o imobilizado de 2018. Portanto as obras são as mesmas, o valor é o mesmo, e só gostaria de perceber porquê? Não é a sua área, logo gostava de perguntar porquê?

Depois, outras notas, fala-se também em 1.267 mil euros em obras em curso que não tiveram qualquer movimento em 2018, estas obras referem como último movimento o ano de 2011. Isto também é uma pergunta que gostava de colocar. Portanto, refere a análise que constatou a existência das seguintes obras em curso que não tiveram qualquer movimento em 2018, mas depois no quadro, eu percebo que não tenham tido movimento em 2018, mas no quadro diz-se que o último

movimento é em 2011. Por exemplo a recuperação da cobertura da igreja da Senhora da Graça de Padrões aconteceu em 2017, portanto terão havido movimentos, isto é só um exemplo, gostaria de perceber exatamente o que é esta questão aqui do último movimento ter acontecido em 2011. -----

Depois mais algumas considerações, no teste de amostragem ao acréscimo verificado nas obras em curso, temos um valor de 445.253 euros. -----

Outro, o valor final até ao momento apurado no Cineteatro Municipal já vai em um milhão 447 mil euros. -----

Volta-se a sugerir uma reorganização das existências, o que vem de relatórios anteriores, sendo que continuam a existir artigos sem identificação da sua localização, isto está na página 9. Na página 11, nas dívidas a terceiros, mais uma vez encontramos nova referência há existência de dívidas, que aqui já falamos sobre esta questão. -----

No ponto 5.3, o passivo do Município de Almodôvar a 31-12-2018 volta a evidenciar 174.980 euros de dívidas a fornecedores, que já aqui abordamos e, continuamos a questionar, havia ou não havia dívida a 31-12-2018. Vamos à página 12 e ao ponto 5.3.2 lá está bem explicado este valor. -----

Continuando, verifica-se que algumas garantias prestadas por terceiros já se venceram e regista uma antiguidade significativa, não tendo até ao momento sido regularizadas. Questiona o que é que falta para isto poder acontecer? -----

O valor global das despesas correntes foi de 8.634 mil euros, enquanto nas despesas de capital temos 2.562 mil euros, sendo que as despesas correntes, com pessoal, aquisição de bens e serviços no topo das rubricas com maior peso tem uma execução de 97%. Já aqui foi falado e as despesas de capital de apenas 33%, essa parte já não foi aqui falada, recorde-se que as despesas de capital, são as do investimento. -----

O **Presidente da Assembleia** disse à Senhora Deputada que por favor não tivesse receio de ser crucificada, tanto mais que a Páscoa já passou e já não há esse perigo. Não havendo mais intervenções, indagou o Senhor Presidente da Câmara se queria esclarecer as questões que foram colocadas. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que começa pela questão que a senhora deputada colocou sobre os dados, pedindo o apoio do nosso Revisor Oficial.

Referiu que a Senhora Deputada fez a questão à menção da dívida. Os nossos deputados da bancada do PSD querem à força toda que a Câmara tenha dívida. Já disse em reunião de Câmara que fechamos o ano sem dívidas em tesouraria, já disse aqui na última Assembleia Municipal que fechamos o ano sem dívidas em tesouraria, voltou a dizer há bocadinho que fechamos o ano sem dívidas em tesouraria. Percebe que a palavra dívida seja importante lá fora para os nossos municípios ouvirem e dizerem que a Câmara deve muito dinheiro. Não ouviu os senhores deputados dizem ainda, parabéns por terem fechado o ano com 941 mil euros de saldo positivo, que é quase um milhão de euros, felizmente. Qual é a Câmara neste país que consegue estes números assim? E começámos o ano mal, atenção, não começámos o ano muito bem. Começámos o ano com um problema

que foi aqui focado de desequilíbrio orçamental e foi preciso muita ginástica para conseguir fechar o ano, terminar o ano com o resultado positivo. Mas à força toda, temos que dizer que a Câmara tem dívidas. Vai, mais uma vez, sem ser contabilista, sem ser jurista, é um simples Presidente de Câmara que faz tudo para defender a sua dama, vai mais uma vez dizer o seguinte: nós só devemos dinheiro quando uma fatura está vencida. Na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia, em todos os organismos de Estado uma fatura dá entrada e tem um circuito, essa fatura tem de ser verificada pelos técnicos ou por quem comprou ou quem é responsável por aceitar a mercadoria ou o serviço, depois da fatura estar conferenciada ela tem um prazo de pagamento. Para além disso nós recebemos, como qualquer cidadão comum, faturas no mês seguinte referente ao mês anterior, é um processo normal. Eu nunca disse em momento nenhum, nem digo, que a Câmara Municipal não tem faturas em circuito, em conferência, e que nós na data de hoje não devemos nada a ninguém. Nós não devemos nada, não temos dívida nenhuma vencida, zero, naturalmente se calhar temos 400 ou 600 mil euros em circuito, em conferência, em obras temos autos para confirmar pelos nossos fiscais, temos faturas de mercadorias que recebemos que ainda não estão confirmadas e que depois de estarem confirmadas e dentro do prazo de pagamento pode ser 30/60 dias, há fornecedores que nos dão mais dias, aí sim nós devemos dinheiro. Volta a afirmar e os dados podem ser provados nas páginas que vocês quiserem, em tesouraria em 31.12.2018 não havia uma fatura vencida. Se aos Senhores Deputados lhes interesse que a palavra dívida seja uma palavra mais importante que à palavra positivo, tudo bem, que os senhores deputados encontrem aí uma forma de falar percebo, se eu estivesse aí eu fazia o mesmo. Mas não havia dívidas e o vosso Presidente não é mentiroso, o vosso Presidente de Câmara tem os dados que você pode verificar e pode estar sempre disponível para ir à tesouraria, à DAF, perguntar por todos os elementos que quiser. E se erro, na próxima assembleia estará aqui a pedir desculpas a toda a gente. E da mesma maneira que fui ao facebook informar que passamos sem dívidas, irá informar que se enganou, mas está tão feliz, porque sabe que não irá fazer isso. De qualquer maneira, se vos ajuda a pensar que o município teve dívidas no final do ano, que assim seja para a vossa leitura, para a sua leitura e para a leitura dos técnicos não é assim. -----

Voltando ao trabalho da senhora deputada, há uma pergunta que confessa que não sabe responder, raramente acontece mas, desta vez, não sabe responder.

Pergunta à Senhora Deputada se está a tentar dizer que a Câmara de Almodôvar não investiu o suficiente. O que a senhora deputada está a perguntar é que a Câmara de Almodôvar teve muita despesa e teve uma execução de 33% em capital, o que na sua opinião significa que a Câmara de Almodôvar não está a investir em obras, nem em património de valorização municipal. Estou a ler bem? O que diz está bem? O que a senhora quer dizer é outra coisa, a senhora deputada está-lhe a perguntar porquê, só porque diz? Sabe ler e sabe que está lá 33%, mas de qualquer das maneiras diz-lhe 33% não significa má gestão, significa um ano em que nós infelizmente não conseguimos realizar todas as obras que tínhamos previsto.

O orçamento tem 1 milhão e está previsto gastar 1 milhão. Se as coisas correm mal, como correu a obra da Aldeia dos Fernandes, como correu o Parque de Caravanismo e como correu a obra de Santa Clara, significa que estivemos 1 ano inteiro à espera de uma execução que não apareceu, mas o dinheiro estava lá à espera da execução. A nossa execução é baixa e nós não pudemos usar esse dinheiro noutra execução, noutra obra, portanto é fácil e facilmente compreensível. Aqui entre nós, a mensagem que se quer passar se calhar é diferente, mas eu recordo-lhe que já foi também nesta assembleia mencionado outros momentos em que a Câmara Municipal de Almodôvar, em anos anteriores, noutra gestão que a senhora deputada hoje defende, também teve execuções de capital baixas e não foi por isso que fez uma má gestão. Aliás até já disse em público que fizeram um bom trabalho. Portanto os 33% de capital não significa que a gestão atual seja má e que não estamos a capacitar a Câmara de futuro. Significa que a execução é que foi fraca, culpa minha, não foi capaz de fazer uma melhor execução, da mesma maneira que valoriza o seu trabalho e dos seus colegas, assume as culpas todas. Em 2004, por exemplo, tivemos uma execução de cerca de 36% ou 37% de capital e não quis dizer que a Câmara estivesse a ser mal gerida, acho que a senhora deputada não quer dizer isso, quer dizer é que foi um ano mau para o executivo da Câmara em termos de execução de capital.-----

Em 2008 ou 2009, salvo o erro, a execução também foi abaixo dos 40%, já no ano de 2017 por exemplo executamos 69%. Fomos os melhores do mundo? Não tivemos foi uma execução superior para o orçamento que tínhamos estipulado, em 2016 ficamos nos 54% ou 55%, mas em 2014 também tivemos um orçamento excelente. Já em 2015, logicamente, foi para os 30% por cento. Ano de eleições tem de se fazer tudo à pressa e em 2017 se calhar também foi a mesma coisa. Pressionamos os empreiteiros para fazerem as obras e os próprios empreiteiros perceberam que temos que as fazer senão a seguir estamos tramados, que não nos dão obras, ou não nos convidam, ou não abrem concursos. Essa tentativa de passar a mensagem que uma fraca percentagem de execução de capital significa pouca capacidade de enriquecimento da Câmara está completamente, desculpe, fora de contexto, até porque a Câmara tem enriquecido nos últimos anos como sabe. Diminuição de dívida, aumento de património, maior capacidade de endividamento, portanto todos os dados indicam o contrário daquilo que a senhora deputada quer afirmar, ainda que de uma maneira muito subtil.-----

Por último, solicita ao Presidente da Assembleia que permitisse ao Revisor Oficial de Contas, Dr. Carlos Grenha, que nos facultasse a outra resposta pertinente da senhora deputada à qual não sabe responder.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** solicitou que o Revisor Oficial de Contas, Dr. Carlos Grenha, esclarecesse as questões colocadas.-----

Usando da palavra, o **Dr. Carlos Grenha** começou por referir que foram presentes três documentos do ROC à Assembleia. Um é a Certificação Legal das Contas, que no fundo expressa a opinião sobre as demonstrações financeiras do município, um outro que é o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas que atesta a

conformidade dos documentos que hoje estão aqui em apreciação e um terceiro que é um Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, relatório esse que é semestral ao abrigo da Lei das Finanças Locais. -----

As questões/observações que carecem de resposta estão consubstanciadas quer na Certificação quer no Relatório semestral detalhado. -----

Sobre a coincidência de registos entre a Contabilidade e a Conservatória do Registo Predial bem como a Autoridade Tributária relativamente ao património imobiliário, é uma “reserva” que tem vindo a ser colocada às contas desde que assumiram as funções de Revisor aqui no município. Efetivamente esta coincidência de registos não está ainda assegurada, pois existe algum património que não está devidamente articulado e assegurado o registo nos três locais. Não está a falar de montantes, está a falar de registos, ou seja, de formalidades de reconhecimento quer ao nível de Conservatória quer ao nível da Autoridade Tributária e conseqüentemente na Contabilidade. Não estamos a falar aqui de valores, estamos a falar de por vezes haver situações que são complexas de resolver porque existem diversos intervenientes em todo este processo. Sabemos que tem sido efetuado um esforço por parte do património na regularização desta matéria, mas não tem sido possível até ao momento. Esta é uma situação recorrente na grande maioria dos municípios a nível nacional, incluindo no Baixo Alentejo. -----

Sobre o outro documento que foi comentado e houve algumas questões que foram colocadas penso que consegui tomar nota de todas. Relativamente aos quadros constantes na página 4 e 5 do relatório do ROC, parece-me que também aqui cometeram um lapso e desde já pede desculpa à Assembleia e ao Executivo pelo lapso cometido, ou seja, o quadro que está na página 4 está correto, o aumento na conta de obras de domínio público foi efetivamente 601 mil euros, números redondos, discriminado desta forma que podem analisar. As transferências para imobilizado firme em 2018 não foram 601, pelos números que tenho no quadro da página anterior, mas sim de 161 mil em edifícios, mais 274 mil em outras construções e infraestruturas e portanto desse facto iremos corrigir e informar a Assembleia para depois fazer chegar o quadro devidamente retificado nesta página 5. Provavelmente o mesmo acontece no quadro seguinte sobre o último movimento de 2011, não posso dizer neste momento se todas foram efetivamente ou não de 2011, mas se aparentemente foi detetada uma que é de 2016 não poderá ser o último movimento de 2011. Portanto iremos corrigir estas duas situações e pelo facto as nossas desculpas nesta incorreção. Depois falou-se também no imobilizado corpóreo no valor já significativo que acumulado existe ao nível do edifício Cineteatro Municipal. Não tenho nada a comentar aqui nesta matéria, aliás, isso está detalhado depois na página 7, ao qual existe efetivamente um historial bastante grande nesta obra. -----

Ao nível das mercadorias estamos a falar de referências que também são correntes, mas nada disto implica com a opinião que temos sobre as contas. Este Relatório deve ser visto em complemento da Certificação Legal de Contas, que aí sim, é uma opinião sobre as situações materiais que afetam as demonstrações financeiras e a opinião do ROC nesse caso é positiva. Sobre o passivo do município,

sem entrar em detalhes do ponto de vista político, as dívidas que o município detém à data de 31.12.2018, independentemente de estarem vencidas ou não, estão consubstanciadas no quadro da página 11. É passivo que está inscrito no balanço, tendo em conta situações patrimoniais, outra coisa é situações orçamentais e execução orçamental. Mas dessa lista dois números se destacam extraordinariamente, um empréstimo obtido cerca de 3.200 mil euros em números redondos entre curto, médio e longo prazo, e o valor de proveitos deferidos que tem a ver com os subsídios ao investimento recebidos e que serão imputados em exercícios futuros como resultados do município. Estes dois itens representam provavelmente 85% ou 90% do passivo do município. -----

Depois há também a questão dos fornecedores, faturas em receção e conferência, mas isso já foi aqui discutido. Estamos a falar de valores que foram rececionados ou no final de dezembro ou no início de janeiro de 2019 e que estão em conferência pelos serviços de valores que na sua maioria ou na sua totalidade não estarão vencidos à data de 31.12.2018. -----

Quanto à questão das cauções de garantias prestadas, algumas delas já se venceram e portanto deverão ser regularizadas pelos serviços, o que temos verificado em alguns municípios é que por vezes as entidades que prestaram este tipo de garantia já nem sequer existem e portanto há alguma dificuldade em conseguir regularizar esta situação, mas trabalharemos com o município no sentido de encontrar uma solução e procurar resolver este tema num futuro próximo.

Pensa que respondeu a todas as questões e se houver algum esclarecimento adicional, estará obviamente disponível para os senhores deputados. -----

Pedi a palavra o **Deputado José Guerreiro**, para solicitar o seguinte esclarecimento ao Revisor Oficial de Contas: -----

Pretende simplesmente aclarar esta situação, sem ter nada a ver com política, mas sim com a análise nua e crua dos fatos. -----

O Senhor Presidente diz que não tem dívidas e nos documentos estão dívidas. Há aqui uma interpretação que tem de ser esclarecedora e o Senhor, melhor que ninguém, poderá fazê-lo isento e sem política nenhuma nisto. -----

Desde que haja emitida uma fatura, se houve um auto que foi aprovado permitiu fazer uma fatura, a fatura tem a ver com uma despesa e a despesa é uma dívida, pode estar em conferência e até pode estar debaixo de uma pedra ou debaixo de um sapato ali na mesa do Senhor Presidente, ou na cadeira, ou onde queira, mas ela já está assumida que é uma dívida, é ou não é verdade? -----

É só isto que precisa de esclarecer, porque parece que se está aqui a querer interpretar coisas de maneira diferente. É só a verdade nua e crua. -----

Em resposta, o **Dr. Carlos Grenha** disse não ter qualquer tipo de problema em responder e respondo da mesma forma que sabe. Portanto a sua análise é meramente técnica, não é política e não será ele com certeza que vai aqui opinar sobre as considerações que são feitas, quer pelo executivo na voz do Senhor Presidente ou qualquer deputado desta mesma Assembleia. Repete aquilo que transmitiu há pouco, se calhar não pelas mesmas palavras, mas vai tentar reproduzir.

O passivo do município é aquele que se encontra inscrito no balanço do município que tem o montante de cerca de 17.200 mil euros. Grande parte dele diz respeito a proveitos diferidos, ou seja, valores de subsídio ou investimento que serão reconhecidos em rendimentos ou em proveitos do município ao longo dos anos, na mesma cadência das amortizações dos bens que foram subsidiados e mais cerca de 3.200 mil euros números redondos relativamente a empréstimos obtidos. Depois existem mais 780 mil de acréscimos de custo que são essencialmente a estimativa para férias, subsídio de férias e encargos sociais a liquidar em 2019, mas cujo direito se venceu a 31-12-2018, 485 mil euros de outros credores que diz essencialmente respeito quer ao valor a liquidar ao FAM e que tem uma determinada cadência de liquidação bem como alguns valores de garantias de caução que já aqui também foram falados, 55 mil euros de impostos a liquidar em janeiro resultantes de fatos que ocorreram em dezembro de 2018 cujo montante a liquidar apenas se vence em janeiro, nomeadamente, IRS, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e demais encargos ao Estado, 175 mil euros, números redondos, de fornecedores em conferência e 2.600 euros de fornecedores de imobilizado. Portanto estas são as dívidas do município em 31 de dezembro, a grande maioria delas compostas por situações que não estão vencidas a 31 de dezembro, nomeadamente, àquilo que o Senhor deputado se referiu, fornecedores conta corrente elas estão reconhecidas em faturas em receção e conferência, portanto não estão ainda validadas pelos serviços ou pelas entidades que têm poder para validar. Não quer dizer que os serviços ou os fornecimentos não tenham sido efetivamente prestados e/ou realizados nas datas em que foram contratados. -----

O **Deputado José Guerreiro** referiu que portanto está em dívida. -----

O **Dr. Carlos Grenha** contrapôs referindo que portanto é aquilo que lhe disse. ---

Para finalizar este ponto, usou da palavra a **deputada Andreia Guerreiro**, que leu o seguinte: no DIÁRIO ONLINE “*A Câmara Municipal de Almodôvar informa em nota de imprensa que através de uma gestão controlada e do esforço que faz diariamente encerrou o ano de 2018 sem qualquer dívida a fornecedores, no que respeita a aquisição de bens e serviços*”; ANTENA SUL, “*em comunicado a Câmara Municipal de Almodôvar fez saber que encerrou o ano de 2018 sem qualquer dívida a fornecedores, no que respeita a aquisição de bens e serviços, o que acontece pelo 5.º ano consecutivo*”; JORNALISTA RUI ROSA “*a Câmara Municipal de Almodôvar através de uma gestão controlada e do esforço que faz diariamente encerrou o ano de 2018 sem qualquer dívida a fornecedores, no que respeita a aquisição de bens e serviços*” -----

Prosseguindo referiu que em lado nenhum, sendo assim, a comunicação que foi feita pela autarquia refere que não tem qualquer dívida em tesouraria. -----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia colocou esta matéria à votação, tendo a Assembleia, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD), **deliberado**: -----

1.º - Aprovar os documentos que integram a Prestação de Contas de 2018, elaborados no âmbito do POCAL, de acordo com a Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Seção - Instruções n.º 1/2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013 - 2.ª Seção, e da Resolução n.º 2/14, de 27 de novembro do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

2.º - Aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação reportado à data de 31 de dezembro de 2018, elaborado nos termos do POCAL e no cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o qual se encontra disponível para consulta pública na DAF;- -----

3.º - Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício 2018, cujo montante global é de **€941.762,55**, nas condições expressas no ponto 2.7.3. das notas técnicas do POCAL, concretamente nas seguintes contas: -----

Conta 571 «Reservas Legais» - 5% - a que corresponde o valor de €47.088,13; ---

Conta 59 «Resultados Transitados» - 95% - cujo valor é de €894.674,42;-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

A deputada Ana Guerreiro, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto: -----

“Tal como temos vindo a alertar desde 2017, e em sintonia com aquela que já foi a análise do Vereador eleito pelo PSD, António Sebastião, na nossa observação à prestação de contas e relatório de gestão para o ano de 2018, existem várias situações que gostaríamos aqui de frisar: -----

Em primeiro lugar, e após várias situações que já aconteceram nesta assembleia, e que hoje aconteceram, voltaram a acontecer, reforçamos que continuamos a confiar na capacidade e competência dos técnicos da autarquia na elaboração deste documento cuja complexidade composta por um conjunto de apresentações técnicas, certidões, regulamentos, e que relatam a atividade do Município. Nós temos confiança na capacidade e competência de todos os técnicos e funcionários do município. ----

Na segunda questão que é a que destacamos aqui mais (a apreciação política dos documentos) não podemos deixar de expressar a nossa preocupação quando analisamos de forma mais aprofundada o que os documentos nos dizem relativamente à ação da Câmara neste ano de 2018. -----

Frísamos que a apreciação tem por base o compromisso assumido quando foram aprovadas as Grandes Opções do Plano e Orçamento e o que efetivamente se realizou. -----

Continuamos a repetir que a afetação de verba na elaboração dos documentos previsionais é desequilibrada, penalizando de forma grave um conjunto de investimentos necessários para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Quando a bancada do PSD chama aqui a atenção para as rubricas que detêm quantias ridículas como 10 euros e, isto já foi falado aqui, muitas vezes é acusado de exagero e constantemente surge a desculpa de que estas rubricas são afetadas

com tão pouca verba apenas para que fiquem abertas e disponíveis. Contudo fica explícito que esta situação revela uma espécie de gestão de “navegar a vista” ou não houvesse necessidade de realizar 32 alterações ao orçamento no ano transato. Repetimos...32 alterações do orçamento, do planeamento que era feito. -----

Este desequilíbrio poderia ser atenuado durante a execução anual das Grandes Opções do Plano e Orçamento, mas pelo contrário, ele acentua-se ainda mais ao longo de todo o ano. Esta situação, perfeitamente assumida pela maioria socialista no Município, deforma muito consciente, deve-se essencialmente a três aspetos fundamentais, que nós gostaríamos aqui de falar deles.-----

O primeiro tem a ver com a excessiva despesa corrente que a Câmara insiste em praticar ao longo de todo o ano. Muita desta despesa podia ser evitada e outra exercida com muito mais rigor e exigência, porque cada vez mais é notório que a Câmara está prisioneira de um conjunto de Entidades que por tudo e por nada vêm buscar financiamento para as suas atividades, não se privilegiando muitas vezes a organização e iniciativas que visem a sua autossustentabilidade, e isto é muito importante para o desenvolvimento das localidades, com isto, observamos que entrámos numa fase corporativa em que é beneficiado o grupo que tiver maior poder reivindicativo em detrimento do desenvolvimento de políticas gerais que olhem para o concelho e para as pessoas de uma forma igual, sustentada e com capacidade de crescimento. -----

O segundo ponto, que nós também gostaríamos de focar, tem a ver com a preocupação com que observamos a afetação de poucos recursos financeiros para investimentos tão importantes para o nosso concelho. -----

Não abordaremos aqui prioridades, porque temos olhares diferentes relativamente ao que é mais importante e prioritário para Almodôvar, mas mesmo aquilo que é proposto por esta maioria, é revelador de pouca ambição, situação agravada pela pouca capacidade que tem tido de captar mais financiamento comunitário. -----

Analizamos os documentos e verificamos que a captação de financiamento comunitário para investimento em 2018 foi de apenas 123 mil euros...como é possível a autarquia almodovarense só ter captado estes fundos num ano? É muito pouco. --

O terceiro ponto acaba por ser angustiante, porque mesmo os poucos investimentos que estão no terreno, nunca mais acabam. -----

Estas obras sem fim à vista penalizam duplamente as populações porque não podem usufruir dos benefícios da sua conclusão e porque acabam por ir inflacionando em termos de custos. -----

Isto também explica os saldos de gerência que são apresentados. -----

Qual o interesse para o concelho e para o bem-estar das suas populações o passar com saldos de gerência de 2 milhões de euros, se essa situação resultar de falta de capacidade de investir, realizar e concretizar aquilo que é necessário fazer?

A situação é preocupante, ainda mais do que em 2017, porque os números são piores: -----

Executamos, globalmente, menos do que em 2017, e quando analisamos mais em pormenor, verificamos que dos 3,7 milhões de despesas de capital realizados em

2017 passamos para 2,5 milhões em 2018, ou seja, houve uma diminuição de cerca 30% relativamente ao ano transato e quando retiramos deste montante as transferências de capital e a amortização da dívida de médio e longo prazo ficamos com uns miseráveis 1 milhão e 400 mil euros que representam o investimento real do Município, pouco mais de 10% do total do orçamento executado. -----

Para não sermos ainda mais exaustivos, não vamos especificar aqui as rubricas relativas a projetos que ficaram por executar, mas apelamos a todos que se não o fizeram, o façam...consultem os mapas de execução orçamental para ficarem com a informação total e comprovar a veracidade de tudo o que atrás temos vindo a dizer.

Globalmente, as orientações política, as prioridades e modelo de gestão, deveriam ser diferentes por isso a nossa apreciação sobre a gestão de 2018 não pode ser positiva e por isso votamos contra. -----

Consideramos que Almodôvar merece diferente, merece mais e merece melhor!” –

C.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2019: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e solicitou ao Presidente da Câmara que prestasse alguns esclarecimentos sobre os documentos. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que basicamente temos, além do nosso orçamento normal, mais cerca de 2.017 mil euros para investir. Optaram então nesta Revisão por verificar que todas as obras pequenas, médias e grandes onde era necessário colocar dotação, aplicamos cerca de 95% deste valor em capital, ou melhor, em preparação de projeto para executar e em valores disponíveis para executar obras durante o decorrer deste ano, colocando cerca de 5% a 7% em despesa corrente. O orçamento já estava completo em termos de despesa corrente, todas as rubricas estavam dotadas o suficiente para assegurar a sua execução até ao final do ano, portanto temos as rubricas no valor correto, e eventualmente poderá sobrar ou faltar, e nesse caso faremos as alterações que forem necessárias, porque a gestão faz-se assim mesmo. A Revisão às vezes é muito complicada, ou é mais complicada de fazer, daí que é preferível ter as rubricas abertas, mesmo com pouco, mas elas estarem lá do que depois ter de as abrir à pressa quando existe um fundo comunitário, um aviso, ou uma obra de urgência que apareça. Resumindo, todas aquelas obras identificadas por nós, pelos nossos técnicos e também pela população com necessidade de execução urgente foram contempladas na aplicação deste saldo de gerência e perfez um total de investimento ou de tentativa de investimento de cerca de 2.780 mil euros. Pensam que assim está assegurada esta necessidade que estas obras de primária importância, e diz primária porque são obras mesmo necessárias, são básicas para nós, desde pequenas reparações, a aumento de rede de águas até às reparações que já estavam devidas ao concelho há bastante tempo, nomeadamente, pequenas reparações na Praça da República, de ligações de esgotos que estão mal feitas desde sempre e que têm de ser reparadas para evitar mau cheiro para assim assegurar o bom funcionamento da rede de esgotos e residuais, como por exemplo a ligação de esgotos da zona do Mártir e Santo até à ETAR, que está feita por bombagem e constantemente temos problemas e reclamações com o mau cheiro porque as

bombas avariaram e não está a funcionar. Temos que fazer esta ligação, como outras obras de maior porte que foram identificadas e que fazem parte da nossa estratégia e visão de desenvolvimento e de superação das dificuldades do concelho. Por isso apresentamos esta proposta que pensa que é bastante justa e bastante eficaz para a aplicação do saldo de gerência. São sempre, nesta Assembleia, acusados de aplicar demasiado dinheiro em despesa corrente, inclusivamente dizia agora a senhora deputada na sua declaração de voto, que não irá comentar porque não tem esse direito, mas é uma opinião que nós aumentamos constantemente a despesa corrente. Não é um fato, tem dados que comprovam precisamente o contrário, pois têm mantido a despesa corrente, há aumentos, há descidas, há oscilações, é um fato, mas têm tido anos na gestão municipal desde 2000 para cá com maior aumento de despesa corrente e portanto quando tiver oportunidade responderá adequadamente a esta questão. -----

Sobre a questão também da dependência que foi colocada, que se referia certamente às Associações, também lhe deve dizer que não é verdade o que diz, constatou um fato que não é um fato completamente real. Temos sim valores significativos ao Associativismo, incluindo os Bombeiros, pois muitos dos valores que vê nos mapas tem a ver com o apoio dado aos nossos Bombeiros nos últimos 4 ou 5 anos, que tem sido significativo. No entanto pode, por exemplo, dizer-lhe que estamos com uma média de valores que não variam muito dos 450/460 mil euros e o ano passado tivemos 342 mil euros de apoio ao Associativismo o que vem precisamente contrariar aquilo que disse. Como são sempre criticados que não aplicam o saldo de gerência adequadamente em obras, agora que está tudo aplicado, vamos lá ver se a votação desta vez é favorável, que agora fizemos o gosto aos nossos deputados ainda que empiricamente, naturalmente, porque aqui está demonstrado a nossa estratégia e não a estratégia da oposição. De qualquer das maneiras há 5% de 2.017 mil euros aplicados em corrente e há 95% aplicados em capital, acha que o argumento agora não será o mesmo. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado José Guerreiro. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Guerreiro**, que principiou por dizer que, relativamente à Revisão às Grandes Opções do Plano e orçamento para 2019, afinal temos aqui uma interpretação diferente outra vez. A despesa corrente efetiva paga em 2019 nos primeiros 3 meses é de 2.059 mil euros, conforme quadro da página 5 da informação financeira de março. Nos pagamentos de despesa de capital executado desde o dia 1 de janeiro até 31 de março 415.594 euros conforme o quadro da página 5 da informação financeira de março. Somando estes dois montantes, significa que o nosso município entre janeiro e março de 2019 teve uma despesa global, portanto a corrente mais a capital, de cerca de 2.475 mil euros, conforme quadro da página 6 da informação financeira de março. Ora, atendendo a este desempenho, a Câmara Municipal nos primeiros 3 meses do ano e, supondo que este desempenho se vai manter, porque nada indica o contrário, significa que esta autarquia vai executar 10 milhões de euros, de despesa global em 2019. O Senhor Presidente refere que prevê com a proposta da primeira revisão orçamental executar 20.310 mil euros em 2019. Mas

como Senhor Presidente? Vai duplicar investimento? Vai por os trabalhadores a correr a um ritmo desenfreado? Como quer que votemos a favor quando os números nos dão estes sinais? Explique por favor como pensa conseguir esta execução que previu e se realmente se justifica trazer aqui uma revisão às Grandes Opções do Plano e orçamento para 2019 de tal montante.-----

O **Presidente da Câmara** disse que tinha de responder à pergunta do Senhor deputado, de fato, tem uma resposta lógica. Quando se prepara um orçamento temos x de dinheiro para aplicar e temos de o aplicar. Aplicamos naqueles projetos que nos parecem relevantes, importantes e necessários ao concelho. Alguns dos projetos que estão aqui, ainda estão em preparação, pois não estão terminados, ou seja, não estão prontos para avançar, o que significa que muitos destes projetos levam ainda 3 a 4 meses a serem preparados e a entrarem no terreno, mais concurso público menos concurso público, significa que até ao final do ano estes valores não serão totalmente gastos, é óbvio. Mas fazíamos o quê ao dinheiro? O dinheiro realmente entrou na Câmara, houve um sacrifício, houve um esforço, houve 8 candidaturas em 3 meses, a Câmara tem uma equipa que teve uma eficiência extraordinária, como sempre, aliás nós somos conhecidos na CCDR como executantes excelentes. Se o dinheiro existe, se o dinheiro entra para os cofres da Câmara tem que o aplicar, certo? Não vai aplicar em obras superficiais ou supérfluas aplica-as naquelas obras onde os projetos estão em desenvolvimento. Não está a dizer com isto que vamos executar os 20 milhões, aliás se calhar na história da Câmara de Almodôvar e em todas as Câmaras nunca se atinge os 100% de execução, 60% já é muito bom, se verificar a média é raro o ano que passamos dos 60%, uma média dos últimos 30 anos, portanto não espera e não tem a ambição de gastar 20 milhões ou neste caso 14 milhões em obras, tem é a ambição de ir buscar cada vez mais dinheiro porque quando ele está cá deste lado aprovado, é uma questão de execução e de fato se não nos candidatarmos e se não formos buscar essa verba, ela vai para outro Município e nós só perdemos a oportunidade de não a ter. Por isso é espelhada aqui como uma verba para ser gasta e se não conseguirmos no ano de 2019 passa para 2020, o importante é ela estar cá, o importante é o contratozinho estar na CCDR, porque depois as obras e os projetos vão-se executando à medida que o tempo vai passando, mais vale um pássaro na mão do que dois a voar. E já que o dinheiro está cá, nós não podíamos ocultar esta verba porque senão os senhores deputados aí sim, tinham ali margem para trabalhar “onde é que anda o dinheiro?” será que podemos confiar nesta gestão? Aí sim. Agora neste caso nós tínhamos que o aplicar. Eu compreendo a sua preocupação, e agradeço de fato que me vá lembrando de vez em quando e que me vá também ajudando, fora da área de deputado, a terminar as obras, é que só você significa 1.200 mil euros. Pede desculpa à Assembleia pela brincadeira, e explica que só em relação à empresa onde o senhor deputado trabalha podemos falar de uma execução de 10%, se calhar, do orçamento global, portanto se o ajudar consegue mais depressa. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e

Orçamento para o exercício económico de 2019, tendo a Assembleia Municipal, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD), **deliberado**: -----

Aprovar a Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício Económico de 2019, aplicando o Saldo da Gerência do Exercício de 2018, **no valor de €2.017.744,77** (dois milhões dezassete mil, setecentos e quarenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos) em conformidade com o estabelecido nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL e em cumprimento das disposições conjugadas na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A TOMADA DE DECISÃO RELATIVA À DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e começou por dizer que esta matéria já foi afluada numa reunião anterior e pedia ao Presidente da Câmara que fizesse um esclarecimento breve, devido ao adiantado da hora, sobre este ponto.-----

De imediato, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que quis mencionar que este executivo optou por votar desfavoravelmente à aceitação da competência designada no Decreto-Lei n.º 20, proteção e saúde animal e segurança dos alimentos, porque acham que não temos ainda condições para aceitar esta competência, pois nem sequer sabem o que ela implica. De fato não fomos informados pelo nosso Governo sobre aquilo que existe no âmbito desta competência, sabemos que tem a ver com Feiras, com exposições, com controlo alimentar, com saúde pública, de alguma maneira, especialmente a animal, com proteção animal, nós já fazemos um bocadinho disso mas fazemos “governados” pelo Ministério do Ambiente e por outros Ministérios afetos com a sua legislação. O Executivo de fato não pode aceitar esta competência, enquanto não existir mais dados relevante sobre a mesma. Espera que os senhores deputados nos dêem também o voto de confiança nesta área. Gerir “às cegas” realmente não funciona e ter uma competência sobre a qual não temos qualquer conhecimento, nem meios técnicos, nem bolsa financeira, é complicado. -----

Relativamente à competência sobre a Cultura, há diversas leituras sobre esta competência, inclusivamente dentro do nosso grupo de trabalho. Tivemos uma votação por maioria, penso que a vereação do PSD votou desfavoravelmente (a minha proposta) com o devido respeito. Nós não temos muito para receber da cultura, pois fazemos quase tudo o que há para fazer no concelho e votamos desfavoravelmente por uma única razão, para mostrar ao nosso Governo também, não obstante ser a mesma cor política do município, mas em primeiro lugar está a defesa dos interesses do município e depois é que estão os interesses governamentais. Por essa razão achamos por bem mostrar que não tínhamos condições para receber a competência da cultura, porque não nos informaram minimamente sobre aquilo que estava afeto, se tinha a ver com espetáculos ou se tinha a ver com licenciamento. O decreto-lei é claríssimo, mas não sabemos se podemos cobrar, se temos que alterar licenciamento, se temos ou não dinheiro para fazer algum espetáculo nacional, está tudo um bocadinho obscuro e nesse sentido não quisemos de modo nenhum afetar

mais responsabilidades ao orçamento municipal, quando não nos trazia qualquer proveito ou desvantagem. Eventualmente, a única situação que nos parece que poderia compensar o município de Almodôvar com a questão cultural, tinha a ver com as Mesas do Castelinho e por Decreto-Lei de Dezembro, ou de janeiro já deste ano, esse património passou para a gestão municipal do concelho, por isso aqui não há muito a perder ou a ganhar, simplesmente mais responsabilidades, que não estando ela ligada a nenhum tipo de descritivo ou orçamento afeto preferimos não o fazer. --

E estas eram as duas competências que tínhamos que decidir nesta data.

Existe depois uma outra relacionada com a Educação e com a Saúde Pública, que iremos decidir nas próximas reuniões e que virá então à próxima sessão de Assembleia Municipal em junho. -----

Deve ainda mencionar que, por um lapso seu a Câmara não decidiu, em reunião de Câmara, atempadamente estas duas competências, ou seja, informamos o Ministério que não estávamos disponíveis para as receber, mas fizemos a ratificação depois em Câmara, ou seja, para vocês pouco interessa, mas é preciso esclarecer que é uma decisão de ratificação, está legal, o Secretário de Estado estava informado, mas na altura, por causa da alteração à Educação, nós confundimos e pensávamos que todas as 4 competências tinham sido passadas para Junho, quando só duas é que foram. Houve correspondência trocada, portanto nós aprovamos em Câmara a ratificação, mas aqui estamos a aprovar a competência em si. É melhor esclarecer para não existir depois alguma dúvida. -----

O **Presidente da Assembleia**, abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

Apreciado o Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro e o Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, o Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD), **deliberado**: -----

Aprovar a não-aceitação da transferência de competências referentes aos seguintes domínios de atuação e respetivo diploma sectorial: Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos e Cultura; -----

C.4 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A AFETAÇÃO DE UMA ÁREA COM 9,50M², SITA NO ROSÁRIO, DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL: -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse uma pequena introdução da matéria. -----

Usando da palavra, o **Presidente da Câmara** explicou que tinha sido um terreno no Rosário de 9,50 m² para ceder ao eventual promotor da construção do edifício, e como este desistiu de construir, escreveu à Câmara Municipal a informar da desistência, sendo que neste caso não podemos ceder esta parcela de terreno de interesse municipal, pelo que, estamos a fazer a reintegração ou a reversão deste terreno que era para ser cedido. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

APROVAR, a reversão da decisão tomada na sessão ordinária de 27 de abril de 2018 e, desta forma, aprovar a afetação, da parcela de terreno, sita no Rosário, com área de 9,50 m², do Domínio Privado Municipal para integrar o Domínio Público Municipal. -----

C.5 - CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e referiu que sobre este assunto e em conformidade com o que está consignado no Regimento da Assembleia, que na opinião da Mesa as coisas na Assembleia Municipal têm decorrido dentro da normalidade possível, os elementos da oposição têm-se pronunciado sobre todas as matérias colocadas à discussão, intervêm sempre que solicitam, têm-lhes sido facultadas todas as informações de interesse público quando requeridas e demais direitos referidos no Relatório, podendo afirmar-se que têm gozado de todos os direitos inerentes ao que o seu estatuto lhes confere. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que referiu que a única situação que deve mencionar é que as cartas enviadas ao PSD continuam a vir devolvidas e a Câmara tem utilizado os meios próprios com recurso à Vereação. Mas a questão do direito da oposição à concelhia do PSD de Almodôvar vêm sempre devolvidas, portanto não temos como entregar qualquer comunicação, mas ela chega a quem defende neste hemiciclo os direitos do PSD, não chega é pelas vias que a lei diz. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço. -----

C.6 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e solicitou ao Presidente da Câmara que falasse sobre a listagem em apreço. -----

O **Presidente da Câmara** aclarou que não havia compromissos plurianuais assumidos à data da emissão deste documento e portanto nada havia para esclarecer. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

A **Assembleia Municipal** tomou conhecimento do documento em apreço. -----

C.7 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da Câmara** colocou-se ao dispor para qualquer dúvida que surja da leitura do documento. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

A **Assembleia Municipal** apreciou os documentos em apreço. -----

C.8 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,PSD). -----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **vinte e quatro horas e quinze minutos**, do dia **30 de abril de 2019**. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apenas ao presente livro de atas. -----

E eu, **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----